

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas – CCH

Escola de Biblioteconomia – EB

Camilla Faria Nalin

Proposta de estrutura conceitual para indexação de uma biblioteca digital: o caso do governo eletrônico brasileiro

Rio de Janeiro

2017

Camilla Faria Nalin

Proposta de estrutura conceitual para indexação de uma biblioteca digital: o caso do governo eletrônico brasileiro

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Gontijo de Moraes

Rio de Janeiro

2017

N171

Nalin, Camilla Faria

Proposta de estrutura conceitual para indexação de uma biblioteca digital: o caso do governo eletrônico brasileiro, 2017. 96f.

TCC (Graduação – Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

Orientadora: Miriam Gontijo de Moraes

1.Organização da Informação. 2. Estrutura Conceitual. 3. Linguagem Documentária. 4. Governo Eletrônico. 5. Indexação. I Moraes, Miriam Gontijo (Orient.). II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD: 025

Proposta de estrutura conceitual para indexação de uma biblioteca digital: o caso do governo eletrônico brasileiro

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: 19 / 12 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Miriam Gontijo de Moraes (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Claudio José Silva Ribeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial para minha orientadora Miriam Gontijo, por todo suporte e incentivo que me deu nesse último período e todo conhecimento e experiência que me passou nos dois anos de monitoria durante a minha graduação. Agradeço a todos os professores que passaram pela minha trajetória na UNIRIO, todos fizeram parte da minha construção profissional de forma muito carinhosa. Também agradeço à minha família por todo amor, compreensão e apoio. Obrigada, meu Deus.

RESUMO

O trabalho iniciou com a análise do sistema de recuperação da biblioteca do portal de governo eletrônico brasileiro para a organização de linguagem documentária, no campo do conhecimento específico do governo eletrônico. Realizando uma representação documentária a partir dos documentos disponíveis na biblioteca do portal. Foi elaborada uma coleta de termos específicos no site do governo eletrônico de modo a compreender os conceitos da área, formando uma estrutura conceitual. Dessa forma, será desenvolvido um sistema indexador possível de atender às características da biblioteca do portal de governo eletrônico e o repositório nele disponível.

Palavras Chave: Linguagem Documentária, Governo eletrônico, Indexação.

ABSTRACT

The work started from the analysis of the Library retrieval system of the Brazilian e-government portal for the organization of documentary language, in the field of specific knowledge of e-government. Making a documentary representation from the documents available in the portal library. A collection of specific terms was elaborated on the e-government website in order to understand the concepts of the area, forming a conceptual framework. In this way, a possible indexing system will be developed to meet the characteristics of the e-government portal library and the repository available in it.

Keywords: Documentary Language, Electronic government, Indexing.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Busca simples - Tela da biblioteca do e-Gov	24
Figura 2 – Tela com resultado da busca simples	25
Figura 3 – Busca refinada	26
Figura 3 – Tela com resultado da busca refinada	27

Lista de quadros

Quadro 1 – Proposta de Matriz para organização	29
Quadro 2 – Busca por propriedades da subclasse	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	14
3 O GOVERNO ELETRÔNICO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO	15
3.1 O vocabulário controlado de governo eletrônico	18
3.2 Biblioteca do governo eletrônico	20
4 MATRIZ DOCUMENTÁRIA	30
4.1 Classificação facetada	32
5 A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA CONCEITUAL	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
GLOSSÁRIO	41

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Biblioteconomia consiste na realização de uma proposta de estrutura conceitual no domínio do governo eletrônico brasileiro para a biblioteca virtual do portal e-Gov.

A construção de sistemas de representação se dá a partir da escolha de termos que compõem o campo semântico de um determinado domínio e que são a forma verbal de conceitos; da identificação de características semelhantes e diferentes, propriedades do objeto; da categorização dos mesmos e sua classificação em níveis e subníveis.

O acesso às informações nos sistemas de recuperação pode ser por busca de palavras-chave. Desta forma, no que se refere à recuperação da informação é preciso a estruturação dos conceitos como forma de organização do conhecimento. Mas como dar conta desta organização em um contexto de explosão informacional?

Para Dahlberg, nosso conhecimento implica diretamente nos conceitos:

Nosso conhecimento do mundo cresce continuamente assim como se enriquece sempre mais a intenção dos nossos conceitos relativos ao mesmo. Mas o aumento do conhecimento das características dos nossos conceitos implica não no alargamento dos mesmos, mas na criação de novos conceitos (Dahlberg, 2006, p. 106).

No contexto da era informacional, o conhecimento está em processo de expansão, em um crescimento ininterrupto, na mesma medida em que sofre processos de acumulação no espaço. No entanto, a área de Biblioteconomia tem ferramentas para ajudar a resolver este problema.

De acordo com Campos (2001) os esquemas de classificação, como os tesauros e as terminologias, são elaborados em um espaço onde se dá a produção do conhecimento. O cognitivo humano tende a identificar características de um objeto observado e fazer conexões com outras já identificadas em objetos conhecidos anteriormente. A partir dessa associação, inicia-se um processo classificatório do objeto, de identificação de características e de relacionamento com outros conhecimentos prévios.

O trabalho terá como base a Teoria da Classificação Facetada, em que Ranganathan apresenta princípios para a organização de conceitos por meio da análise facetada.

É necessário, portanto, a criação de ferramentas que forneçam a comunicabilidade entre os usuários de um sistema de informação e o próprio sistema, onde atuam os tesouros e a tabela de classificação. Porém, para compor o funcionamento desse sistema, é preciso uma estrutura terminológica que sustente essas ferramentas.

O objetivo deste trabalho é propor uma estrutura conceitual para indexação do acervo disponível da biblioteca do Portal de Governo Eletrônico. Para a representação do domínio serão utilizados os documentos disponíveis na biblioteca do Portal de Governo Eletrônico para a seleção e coleta dos termos que compõem o campo semântico deste domínio.

Os objetivos específicos abrangem a análise da busca, dos critérios de busca, da recuperação e do sistema de recuperação informacional da biblioteca do governo eletrônico. Também, levantar os termos que compõem o acervo da Biblioteca do Portal de Governo Eletrônico Brasileiro, e definir e estruturar os termos para uma recuperação mais adequada no ambiente da biblioteca do portal de governo eletrônico, a partir de uma linguagem de representação da memória documentária.

Nesta seção são descritos os objetivos gerais e específicos propostos e a justificativa que impulsionou o desenvolvimento do trabalho. Na seção 2 será exposta a estratégia metodológica utilizada para formação do trabalho e a etapa do estudo dos fundamentos para formar a abordagem teórica. Na seção 3 está narrado o contexto histórico do domínio a ser trabalhado, o tema do Governo Eletrônico Brasileiro. Após a contextualização, a seção é dividida em dois pontos 3.1 trata da trajetória da tentativa de criação de um Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico e dos estudos realizados sobre o mesmo e 3.2 apresenta Biblioteca do Portal Governo Eletrônico nas suas funcionalidades. Na seção 4 está exposta a elaboração da construção da estrutura conceitual e na seção 5 será proposta uma Matriz documentária para organização da coleção da Biblioteca do portal de governo eletrônico.

Navegando pela biblioteca do sítio do Governo Eletrônico, foram analisados os

tipos de buscas disponíveis pela biblioteca, testando todas as combinações e filtros. A partir do reconhecimento e identificação dos campos de busca, foi simulada uma pesquisa para então recuperar algum arquivo no repositório, que infelizmente não foi bem-sucedida.

Logo, o trabalho justifica-se na medida em que propõe uma estratégia para melhorar a busca na biblioteca do portal de governo eletrônico e uma estrutura conceitual para o domínio de governo eletrônico de forma a organizar as informações disponíveis para recuperá-las da maneira mais extensa e precisa.

2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Em um primeiro momento estudou-se as teorias fundamentadas nos conhecimentos de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, principalmente nas áreas de organização e representação da informação e do conhecimento, por meio de pesquisa nas diversas fontes de informação.

Na primeira etapa ocorre a seleção e análise dos dados nos aspectos qualitativos fornecendo uma melhor compreensão dos dados obtidos para a construção da estrutura conceitual.

Na segunda etapa realizaram-se as navegações no site do governo eletrônico, e principalmente, na biblioteca do governo eletrônico, para identificar o campo semântico deste domínio. Esta parte mostrando-se totalmente quantitativa, em que eram selecionados a maior quantidade de termos possível, buscando o campo semântico e levando em consideração a forma polissêmica dos dados. Por meio das grandes categorias na busca da biblioteca do e-Gov e das pesquisas nos documentos do sítio como: relatórios, publicações, portarias, leis, decretos e demais documentos relacionados às iniciativas, propostas e implementação do programa de governo eletrônico, foram coletados ao total 402 termos específicos do Governo Eletrônico.

A construção da proposta de estrutura conceitual seguiu os passos seguintes: elaboração de um glossário para controle de vocabulário e arranjo conceitual a partir da Matriz documentária elaborada.

3 O GOVERNO ELETRÔNICO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

O conceito de Governo Eletrônico surgiu logo após o ano de 1993, com a inauguração do primeiro sistema de *browser*, nos Estados Unidos. Na época, o então presidente Bill Clinton e o vice-presidente Al Gore deram início ao primeiro Fórum Mundial de Reinvenção de Governo, que propôs investimento em novas tecnologias nos sistemas de comunicação dos governos, para acompanhar o surgimento da evolução do *ciberespaço* (FREITAS, 2013).

O termo Governo Eletrônico também é conhecido como do inglês *e-gov* ou *electronic government*, ou Administração Pública Eletrônica, *apresentando referência ao uso da* Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de disseminar informação e distribuir os serviços ou produtos dos órgãos governamentais à sociedade em um único portal. O programa governo eletrônico, utiliza-se de ferramentas eletrônicas com o propósito de aproximar a população do governo, dando-lhes acesso às informações com maior facilidade. Dentre os recursos que são utilizados pelo programa utilizados podem-se citar os portais na internet, aplicativos para celulares e redes sociais.

Entre as causas determinantes da adoção das TICs de forma estratégica e intensiva pelos governos em seus processos internos e na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade destacam-se: o uso intensivo das TICs pelos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais; a migração da informação baseada em papel para mídias eletrônicas e serviços online e o avanço e universalização da infraestrutura pública de telecomunicações e da internet. Outras causas estão associadas às forças provenientes do próprio movimento de reforma do Estado, da modernização da gestão pública e da necessidade de maior eficiência do governo. Consequentemente, temas como desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de contas, relacionados ao processo de modernização da gestão pública, foram associados ao processo de construção de programas de governo eletrônico. O desdobramento desses temas em políticas públicas e iniciativas concretas, explicitadas nos programas de governo, requerem o uso de tecnologia, tornando os programas de governo eletrônico elementos alavancadores de novos patamares de eficiência da administração pública (DINIZ et al., 2009, p.24).

De acordo com a linha do tempo disponível no [governoeletronico.gov](http://governoeletronico.gov.br)¹ no final da década de 1990, o governo brasileiro disponibilizava diversos serviços por meio da internet ao cidadão, como a entrega de declarações do Imposto de renda, divulgação de editais de compras governamentais, emissão de certidões de pagamentos e impostos, acompanhamentos de processos judiciais e prestação de informações sobre aposentadorias e benefícios da previdência social, entre outros. No entanto, todos esses serviços eram oferecidos de forma isolada, com interfaces não amigáveis e encontraram-se falhas na conexão entre os próprios órgãos governamentais o que dificultava bem o acesso e conhecimento do usuário.

Especificamente em 1999 foi lançada a Rede Governo² que ampliaria a atuação dos serviços na internet e uniria todos os recursos em um único portal. Era uma ideia e proposta de melhorias, mas, os diagnósticos realizados pelo Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTTI) identificaram a existência de infraestrutura deficitária, formada por uma malha de múltiplas e diversas redes administradas de forma isolada. O GTTI formalizou pela Portaria da Casa Civil algumas ações para uma nova política de interação eletrônica do Governo com a sociedade, apresentando um relatório de diagnóstico da situação da infraestrutura e serviços do Governo Federal com as aplicações existentes, desejadas e a situação da legislação sobre o assunto. O grupo estava concentrado em três linhas de programa: Universalização de serviços; Governo ao alcance de todos e Infraestrutura avançada. Após dois meses, o GTTI apresentou o documento "Proposta de Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal". Posteriormente o governo criou o Comitê Executivo de Governo Eletrônico (CEGE), com o objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico.

A história do governo eletrônico no Brasil está diretamente ligada ao desenvolvimento dos serviços de informática pública, oferecidos pelas empresas estaduais e municipais de processamento de dados, iniciado nos primeiros anos da década de 1960. Como na área privada, o uso de TIC foi encabeçado pelo setor financeiro, sendo as empresas de prestação de serviços de informática pública criadas

¹ Disponível em < <https://www.governoeletronico.gov.br/sobre-o-programa/historico> >. Acesso em 11 Dezembro 2017.

² Disponível em < <http://www.redegoverno.gov.br> >. Acesso em 11 Dezembro 2017.

inicialmente para processamento de dados e informações de natureza fiscal, em geral para a gestão de receitas e controle das despesas do governo. (DINIZ et al., 2009, p. 18).

O Programa de Governo Eletrônico resultante (Brasil, 2001) foi inicialmente implementado sob a coordenação política da Presidência da República, com apoio técnico e gerencial da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essa atuação foi sustentada por um comitê integrado pelos secretários executivos (e cargos equivalentes) dos ministérios e órgãos da Presidência da República, denominado Comitê Executivo de Governo Eletrônico (Cege). O trabalho do GTTI, inicialmente, concentrou esforços em três linhas de ação do Programa Sociedade da Informação: universalização de serviços, governo ao alcance de todos e infraestrutura avançada (Comitê Executivo E-gov, 2002).

A proposta partiu da existência de um amplo conjunto de serviços na internet e de um portal único de serviços e informações ao cidadão, denominado Rede Governo. A proposta procurou priorizar a incorporação das novas tecnologias da informação aos processos administrativos do governo e à prestação de serviços ao cidadão. Inicialmente, foram implantados no portal Rede Governo, no final de 2001, cerca de 1.350 serviços e 11 mil tipos de informação disponíveis. No final de 2002, o número de serviços já havia crescido para cerca de 1.700, com aproximadamente 22 mil links de acesso direto a serviços e informações de outros websites governamentais. (Governo Eletronico.gov, 2017)

A partir de 2003, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), exerce as atribuições de secretaria executiva do Programa de Governo Eletrônico, garantindo o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Comitê Executivo de Governo Eletrônico. Em 29 de novembro de 2003, a Presidência da República publicou um decreto que instituiu oito comitês técnicos no Comitê Executivo do Governo Eletrônico: inclusão digital; gestão de sítios e serviços *online*; implementação do software livre; integração de sistemas; infraestrutura de redes; gestão do conhecimento e informação estratégica; governo para governo; e sistemas legados e licenças de software.

Os avanços tecnológicos na área do governo eletrônico continuam em grande

evolução contribuindo para a promoção do acesso às informações, a melhoria dos serviços públicos digitais, a ampliação da participação social, eliminação de barreiras na *Web*, o aumento da transparência, o controle social das ações e a promoção da cidadania.

Importância do governo eletrônico para atingir os objetivos da Reforma do Estado mostra-se presente não só na preocupação com questões como o relacionamento com o mercado e com a redução dos custos de transação, mas, também, com a possibilidade do governo eletrônico dotar a Administração Pública de maior transparência e *accountability*. Nesta conceituação de governo eletrônico, associada à transparência e *accountability* dos estado, sociedade e interações - governos, ganha importância o conceito de governança eletrônica, já que o foco de atuação se expande em direção ao conjunto da sociedade, não se limitando a uma perspectiva voltada unicamente ao ambiente interno do governo, característico da primeira geração da Reforma do Estado. O governo eletrônico, ao tornar públicas as informações governamentais e dar transparência aos atos do governo, associa-se ao compromisso democrático de “prestação de contas”, que está relacionado ao conceito de *accountability* (DINIZ et al., 2009, p. 18).

O governo eletrônico avançou não somente nos meios tecnológicos, mas também, políticos, abrangendo a conceituação do *accountability* para administração pública por meio dos serviços ofertados pelo e-gov.

3.1 O vocabulário controlado de governo eletrônico

O vocabulário controlado, um dos instrumentos previstos pelos sistemas de organização do conhecimento (SOC) como uma opção de controle terminológico, objetiva organizar e recuperar documentos e informações com consistência, gerando, assim, confiança no sistema (SMIT; KOBASHI, 2003). O vocabulário controlado intervém na organização e nos pontos de acesso utilizando recursos que geram maior racionalização na recuperação informacional, minimizando, assim, os principais problemas do sistema: a duplicação e a dispersão de informações (SIQUEIRA, 2011).

Conforme Gama e Rodrigues (2017), após a criação do *Classification of the Functions of Government* (COFOG), publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para funções de governo, organizações tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia, por meio da Eurostat, têm feito uso sistemático da

ferramenta com o objetivo de criar um padrão de classificação para as atividades de governo, facilitando o uso tanto para usuários internos quanto externos do setor público em diversos países.

Em 2010, surgiu no Brasil o vocabulário controlado do Governo Eletrônico (VCGE), ferramenta utilizada para indexar as diversas informações, como documentos, bases de dados, sites, portais, etc. do governo federal.

A primeira definição de uma lista de termos no governo federal brasileiro, de âmbito geral, foi a Lista de Categorias de Governo (LCG), divulgada em março de 2004, como uma lista que contempla todos os assuntos relacionados com a atuação de governo. Dois anos depois, em 2006, a denominação da lista mudou para Lista de Assuntos de Governo, LAG, com um foco em taxonomia de navegação (BRASIL, 2011c).

Em novembro de 2010, o VCGE entrou em consulta pública, sendo publicado em março de 2011. Sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (MP/SLTI).

A elaboração do VCGE foi inspirada no Manual Técnico de Orçamento (MTO), e na Classificação das Funções do Governo (COFOG), uma classificação publicada pela ONU, para funções de governo. A classificação orçamentária do governo brasileiro, descrita no MTO, é conhecida como Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, por ter sido essa uma das portarias que a reformulou. Esta estabeleceu a classificação das despesas por função e subfunção, vigente até os dias de hoje e obrigatória para a União, Estados e Municípios (BRASIL, 1999).

Ainda conforme Gama e Rodrigues (2017), durante esse tempo, passando por várias nomenclaturas, o VCGE teve uma difusão restrita no governo, tendo sido usado por poucos órgãos e por curtos períodos. As autoras lembram que com a promulgação da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação ou LAI) (BRASIL, 2011a), seu uso tornou-se obrigatório para todos os órgãos do Poder Executivo Federal e sua classificação passou a ser exigida no preenchimento do e-SIC, o Sistema de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União (CGU), que recebe os pedidos de informação aos órgãos do governo federal.

Recentemente, pesquisa de doutorado sobre a implantação da LAI nas

universidades federais brasileiras, Gama (2015) constatou o entendimento sobre a existência de dificuldades por parte dos gestores que necessitam utilizar o VCGE para classificação de suas informações no e-SIC.

Também Ribeiro e Pereira (2015), ao analisarem a classe sobre Previdência Social do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico, constataram que a representação feita da respectiva área não corresponde a sua abrangência temática, não contemplando termos importantes para entendimento da Previdência Social.

3.2 Biblioteca do governo eletrônico

Os avanços refletiram na difusão de um *ciberespaço*, a era da Informação ou era digital um meio de comunicação, instrumentalizado pelos sistemas de informação virtual. Ao refletir sobre o ciberespaço, é possível observar e relacionar os avanços das técnicas atuais de transformação da sociedade com as anteriores, como por exemplo, a ampliação da capacidade de armazenamento e memorização de informações, dados e formas de conhecimento. Segundo Levy: “vez de enfatizar o impacto das tecnologias, poderíamos igualmente pensar que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura” (1999, p. 20). Logo, ao analisar a velocidade dos fluxos da produção de informação por essa perspectiva, nota-se que ocorreram mudanças substanciais na estrutura física, espacial, temporal e processual das bibliotecas em virtude ao avanço da produção de conhecimento da sociedade. A explosão informacional começou a mudar os processos da biblioteca de dentro para fora, como Marchiori afirma:

por meio do uso das tecnologias emergentes deixa de ser apenas clichê e passa a afetar a realidade dos processos tradicionais da maioria das bibliotecas. A definição de diferentes estratégias para o resgate de informações resulta na tomada de decisão, baseada na cuidadosa percepção das condições de tempo, espaço, formato, abrangência, profundidade das demandas de informação por parte dos usuários, da dinâmica dos ambientes internos e externos à biblioteca e das condições de acesso às fontes de informação, no que diz respeito ao seu custo e grau de confiabilidade (Marchiori, 1997, p.2).

A biblioteca não teve sua missão modificada com o avanço tecnológico, pois ela

continua com o principal papel de disseminadora da informação. Conquanto, pode-se dizer que a biblioteca virtual foi a versão de adaptação e avanço para uma nova perspectiva, com novos padrões de gerenciamento e serviço a partir de espaços e processos já existentes antes, que era o conceito da biblioteca tradicional conforme enfatiza Krzyzanowski. Ele diz o seguinte: “não vem substituir as bibliotecas tradicionais, mas acrescentar aos usuários outras opções de acesso às informações registradas” (1997, p.56).

Não obstante, a biblioteca digital teve que lidar com a necessidade de um público que já era atendido fisicamente pelas bibliotecas tradicionais mas, que agora, vinham mudando seus hábitos e costumes utilizando o ambiente digital para atender as necessidades e atividades de rotina. Concomitantemente, havia a era informacional a todo vapor, que também dificultou a atualização e rapidez do serviço pela quantidade de informação a ser organizada em pouco tempo de composição da biblioteca virtual constituída.

Para Marchiori (1997), biblioteca digital consiste na realidade virtual ou “ciberteca”, pois a biblioteca em si depende da tecnologia digital para existir. Ou seja, está dependente de um programa que reproduza o seu ambiente de duas ou três dimensões criando um ambiente de imersão e interação. Para Cianconi (2003), a biblioteca virtual não se encontra vinculada a nenhuma outra biblioteca real e, para ele, existe a relação de sítio organizado dentro de uma visão temática.

Segundo Levacov (1997) dois conceitos importantes para compreensão da biblioteca virtual é “lugar” e “tempo”, termos interligados à luz da globalização. O lugar está no sentido de lugar físico, tornando-se secundário saber onde estão as informações físicas que o acervo virtual possui. Além disso, é também secundário possuir a propriedade física das mesmas. No entanto, continua sendo importante saber quem a produziu, quem a identificou como valiosa, quem a selecionou para uso comum daquele acervo, quem a disponibiliza e quem garanta sua autenticidade.

O “tempo” passa a ser visto no sentido de instantaneidade e relativização do mesmo, acarretando mudanças positivas e negativas. De acordo com Levacov:

a velocidade das mudanças tecnológicas, que pode ser medida em meses às vezes, comparada a processos equivalentes nas mídias anteriores (que demoravam séculos), cria confusão e *stress* entre bibliotecários e usuários. Não

há sequer consenso em prever quais serão as necessidades de uma biblioteca daqui a uma década, o que dificulta enormemente os planejamentos na área (Levacov, 1997, p.2).

A construção da biblioteca digital se deu proporcionalmente ao surgimento de novas ferramentas para manuseio no meio digital. Para Levacov (1997) a construção acontece de maneira paralelamente em dois fronts: *off* e *on-line*. Para ela, a etapa *offline* iniciou com o controle do inventário e circulação, depois com a formação de catálogos eletrônicos e a automação de atividades de indexação. Subsequentemente, ampliou versões eletrônicas de obras de referência, usualmente de CD-ROOMs (índices de periódicos e jornais, abstracts etc.) Por fim, o armazenamento e recuperação da informação a partir de índices de periódicos, sumários, *abstracts a full-text* e acesso a bases de dados on-line ou na Internet. Concomitantemente, a evolução das comunicações on-line foi criando recursos que os bibliotecários passaram a utilizar, como por exemplo, o fTp (e Archie), Gophers (e Veronica, WAIS etc.), OPAC (e Z39.50) e atualmente WWW (e indexadores como Yahoo ou robots indexadores como o AltaVista, Lykos, WebCrawler etc.), integrando-os gradualmente aos recursos off-line.

Segundo Marchiori (1997) no que tange à recuperação e à busca em uma biblioteca digital, é necessário levar em consideração que a biblioteca virtual não é somente um conjunto de bons equipamentos e programas para a gerência de bases de dados e de informação, mostra a transição entre os diversos tipos de bibliotecas e a biblioteca digital como alternativa para ampliar as condições de busca, disponibilidade e recuperação de informações, de forma globalizada, qualitativa, pertinente e racional aliando o acesso local ao remoto. Como contribuição, indica que se deverá ter um planejamento cuidadoso para viabilizar a transição da biblioteca tradicional para a biblioteca digital. A biblioteca encaixa-se como uma possibilidade de revisão dos modelos administrativos, de gerenciamento e da organização da informação aplicados com alto grau de utilização de tecnologias. Portanto, o bibliotecário deve ter um posicionamento adequado, sendo fundamental estar conectado, principalmente com as atividades de gerenciamento.

Para recuperar a informação, as bibliotecas utilizam os computadores para armazenar e ordenar seus catálogos. Conforme Levacov (1997) em 1969, Kilgmore criou um consórcio de bibliotecas acadêmicas em Ohio, tratava-se de um catálogo

cooperativo e compartilhado, intitulado de OCLC (Ohio Colleges Library Center). Este catálogo disseminado permite que mais de 21.000 bibliotecas, em 62 países, compartilhe um banco de dados de indexação com mais de 30 milhões de registros. Hoje, os catálogos de acesso público, o OPAC (Online Public Access Catalogs) são comuns e simples, alguns permitem buscas variadas independentemente do local, hora do acesso e o conceito da busca utilizando os operadores lógicos booleanos já é bem conhecido pelos usuários.

Para Cunha (1999), o processo de catalogar e classificar itens digitais usando ferramentas tradicionais ainda existirá. Todavia, muito provavelmente esse processo será restrito a grandes bibliotecas, pois, para ele, as bibliotecas de menor porte farão o *downloading* do registro catalográfico para o catálogo local, que terá as ligações (links) para as bibliotecas hospedeiras dos documentos digitais.

Segundo Levacov (1997), a partir do uso dessas ferramentas, as bibliotecas deixam de ser um tranquilo depósito de livros para tornar-se o ponto focal de pesquisa variada, acessada a qualquer hora por usuários virtuais de vários lugares do mundo.

À luz da análise e descrição das características da biblioteca digital e dos aspectos da recuperação da informação no ambiente digital, é possível analisar a biblioteca do portal do Governo Eletrônico brasileiro. Historicamente, não foi encontrada nenhuma informação no sítio do Governo eletrônico que confirma a criação e o início da biblioteca do portal.

A Biblioteca do governo eletrônico trata-se de um Repositório com todos os documentos do sítio, onde são vinculados arquivos, publicações, cartilhas, documentos e apresentações. Como pode ver nas figuras 1 e 2, o campo da busca é feita no modo simples ou de modo refinado.

BRASIL Serviços Participe Acesso à informação Legislação Canais

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE RSS

Governo Eletrônico

Buscar no portal

Fale Conosco | Eventos | Notícias | Biblioteca | Perguntas Frequentes

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > ACESSO A INFORMAÇÃO > BIBLIOTECA

EIXOS DE ATUAÇÃO

- Cidadão
- Governo
- Parceiros e Fornecedores

GOVERNANÇA DIGITAL

- Documentos
- Elaboração
- Legislação
- Modelo de Gestão

SOBRE O GOVERNO ELETRÔNICO

- Histórico
- Rede de Sítios GovBR

Biblioteca

Bem-vindo à Biblioteca do Sítio!

Repositório com todos os documentos do sítio. Pesquise utilizando o nome ou refine a sua busca dando mais detalhes.

Busca por Documentos

+ Refinar Busca

Total (913) | Itens por página 10, 20, 40 1 de 92 >>

Formato	Título	Data	Tamanho
JPG	Seminário de Boas Práticas em Dados Abertos do MDS	24/11/2017	180.2 KB
PNG	EventoSERPRO	16/11/2017	66.7 KB
ODS	2017-10 - Serviços TI - Preco Publico - Service Deskp-Help Desk.ods	14/11/2017	31.5 KB
ODS	2017-10 - Serviços TI - Preco Publico - Outsourcing de	14/11/2017	123.3 KB

Figura 1- Busca simples - Tela da biblioteca do e-gov.

Fonte: <https://www.governoeletronico.gov.br/>

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

Ir para o conteúdo Ir para o menu Ir para a busca Ir para o rodapé

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE RSS

Governo Digital

Buscar no portal

Fale Conosco | Eventos | Notícias | Biblioteca | Perguntas Frequentes

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > ACESSO A INFORMAÇÃO > BIBLIOTECA

GOVERNANÇA DIGITAL

Estratégia de Governança Digital - EGD

Documentos

Elaboração

Legislação

Modelo de Gestão

Monitoramento

Realizações

EIXOS DE ATUAÇÃO

Cidadão

Governo

Parceiros e Fornecedores

SOBRE O GOVERNO ELETRÔNICO

Histórico

Biblioteca

Bem-vindo à Biblioteca do Sítio!

Repositório com todos os documentos do sítio. Pesquise utilizando o nome ou refine a sua busca dando mais detalhes.

Busca por Documentos

+ Refinar Busca

acessibilidade digital

Buscar

Não foram encontrados resultados para sua pesquisa.

Mais Acessados

Documento 1 de 318 >>

<p>Documento</p> <p>Lei Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação</p> <p>PDF Adicionado em: 22/07/2016 Acessos: 2829 Tamanho: 309.2 KB</p>	<p>Documento</p> <p>Instrução Normativa nº 02 de 30 de Abril de 2008</p> <p>PDF Adicionado em: 28/03/2016 Acessos: 2518 Tamanho: 882.7 KB</p>	<p>Documento</p> <p>Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010</p> <p>PDF Adicionado em: 23/03/2016 Acessos: 1619 Tamanho: 42.3 KB</p>
---	--	---

Itens Recentes

Arquivo 1 de 318 >>

Figura 2 – Resultado utilizando a busca simples - Tela da biblioteca do e-gov.

Fonte: <https://www.governodigital.gov.br/Plone/aceso-a-informacao/biblioteca>

BRASIL Serviços Participe Acesso à informação Legislação Canais

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE RSS

Governo Eletrônico

Buscar no portal

Fale Conosco | Eventos | Notícias | Biblioteca | Perguntas Frequentes

VOCE ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > ACESSO A INFORMAÇÃO > BIBLIOTECA

EIXOS DE ATUAÇÃO

- Cidadão
- Governo
- Parceiros e Fornecedores

GOVERNANÇA DIGITAL

- Documentos
- Elaboração
- Legislação
- Modelo de Gestão

SOBRE O GOVERNO ELETRÔNICO

- Histórico
- Rede de Sítios GovBR

Biblioteca

Bem-vindo à Biblioteca do Sítio!

Repositório com todos os documentos do sítio. Pesquise utilizando o nome ou refine a sua busca dando mais detalhes.

Busca por Documentos

- Refinar Busca

Busca

Tipo	Formato	Data de Cadastro	
Todos	Todos	início	término
Categoria	Assunto	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Todos	<input type="text"/>		

Buscar

Total (913) | Itens por página 10, 20, 40 1 de 92 >>

Formato	Título	Data	Tamanho
JPG	Seminário de Boas Práticas em Dados Abertos do MDS	24/11/2017	180.2 KB

Figura 3- Tela com busca refinada - com campos de tipo, categoria, formato, assunto e data de cadastro.

Fonte: <https://www.governoeletronico.gov.br/servicos/aceso-a-informacao/biblioteca>

Figura 4 - Tela com resultado da busca refinada - com campos de tipo, categoria, formato, assunto e data de cadastro. Fonte: <https://www.governodigital.gov.br/Plone/acesso-a-informacao/biblioteca>

Com a busca simples foram utilizados palavra-chave (como e-gov e acessibilidade digital) e lógica booleana. Em ambas tentativas não foi possível recuperar nenhuma informação. Na busca refinada, o campo “tipo” está pré-selecionado as opções de: cartilha, documento, apresentação, arquivo ou todos. No campo “Formato” as opções disponíveis são: DOC, PDF, XLS, PNG, GIT, PNG, ODP, ODS, ODT, ZIP, PPT, PPS e "todos". Em categorias, estão vários termos considerados grandes categorias no contexto do governo eletrônico sendo necessário escolher um, ou selecionar a opção “todos”. Mesmo na busca refinada, não foram obtidos resultados positivos na recuperação, utilizando todos os campos específicos, selecionando a opção de “todos” ou utilizando apenas alguns campos na pesquisa refinada. Ainda assim, o sistema não recuperou nenhum documento. É também possível identificar a data de cadastro do item conforme a tela acima.

A partir do insucesso com a recuperação da informação na biblioteca do portal

de governo eletrônico, surgiu a proposta de montar uma estrutura conceitual para indexação desse repositório.

Mesmo assim, mais uma tentativa foi feita, mas desta vez utilizando o mecanismo de busca do portal do Governo Eletrônico, e não apenas a busca da biblioteca, conforme mostra a figura 3 abaixo:

Buscar no portal

Acessibilidade Digital
Buscar

Resultado da busca por Acessibilidade Digital

Capacitação em acessibilidade digital
 por Catia Parreira
 publicado em 26/05/2017
 registrado em: Capacitação, **Acessibilidade Digital**, inclusão digital
 assunto(s): Tecnologia da Informação e comunicação, Capacitação

Tabuleiro - Jogo de Acessibilidade Digital
 Tabuleiro - Jogo de **Acessibilidade Digital**
 por jessica.freitas
 publicado em 31/08/2016 — última modificação em 31/01/2017 22h12

Tabuleiro do Jogo da Acessibilidade Digital
 por Catia Parreira
 última modificação em 30/06/2016 15h37

Inscrições abertas para curso de acessibilidade digital
 por Henrique Oliveira
 publicado em 20/02/2017
 registrado em: **Acessibilidade Digital**, Capacitação, ENAP, EaD

Planejamento participa de debate sobre acessibilidade digital
 por Henrique Oliveira
 publicado em 21/06/2012 — última modificação em 20/04/2016 10h15
 registrado em: **Acessibilidade_Digital**, e-MAG, Siconv

Acessibilidade digital
 por Catia Parreira
 publicado em 13/03/2017 — última modificação em 26/07/2017 11h43

Cartas CRAPTCHA pág.2 - Jogo da Acessibilidade Digital
 Cartas CRAPTCHA pág.2 - Jogo da **Acessibilidade Digital**
 por jessica.freitas
 publicado em 31/08/2016 — última modificação em 31/01/2017 22h11

Peoes, dados e instruções - Jogo da Acessibilidade Digital
 Peoes, dados e instruções - Jogo da **Acessibilidade Digital**
 por jessica.freitas
 publicado em 31/08/2016 — última modificação em 31/01/2017 22h12

602 Itens atendem ao seu critério.
 Filtrar os resultados

Tipo de item

- Selecionar Todos/Nenhum
- Arquivo Biblioteca
- Áudio
- Boa Pratica
- Comentario
- Contador
- Página
- Evento
- Conteúdo Externo
- Fale Conosco
- Arquivo
- Historico
- Imagem
- Link
- Mensagem
- SubEixo
- News

Notícias desde

- Ontem
- Última semana
- Último mês
- Sempre

Ordenar por

relevância
 Data (Mais Recente Primeiro)
 Alfabeticamente

Figura 3 - Tela do resultado da busca do portal

Fonte: <https://www.governoeletronico.gov.br/@@busca?SearchableText=Acessibilidade+Digital>

No mecanismo de busca do portal, identifica-se a recuperação por palavra-chave, utilizando metadados. Para Alves, os metadados são:

Conjuntos de atributos, mais especificamente dados referenciais, que representam o conteúdo informacional de um recurso que pode estar em meio

eletrônico ou não. Já os formatos de metadados, também chamados de padrões de metadados, são estruturas padronizadas para a representação do conteúdo informacional que será representado pelo conjunto de dados-atributos (metadados) (ALVES, 2005, p. 115).

Nesse contexto, Castro e Santos têm uma visão bem positiva para o uso dos metadados:

Um dos objetivos do uso de metadados no contexto da Web e das bibliotecas digitais é permitir não só descrever documentos eletrônicos e informações em geral, possibilitando sua avaliação de relevância por usuários humanos, mas também permitir agenciar computadores e programas especiais, robôs e agentes de software, para que eles compreendam os metadados associados a documentos e possam então recuperá-los, avaliar sua relevância e manipulá-los com mais eficiência (CASTRO; SANTOS, 2007, p 16).

A busca do portal por palavras-chave, podendo utilizar os operadores booleanos, como AND, NOT e OR para aumentar os resultados a serem recuperados e os filtros para especificar os resultados foi suficiente apenas para a coleta do material e dos termos de forma exploratória.

Conforme Fujita (2013), a qualidade da representação documentária é avaliada pela recuperação de conteúdos documentários pertinentes. A esse respeito Mai considera que “se os documentos são representados pobremente ou inadequadamente, a qualidade da busca será igualmente deficiente” (2000 apud Fujita 2013, p. 44). Identificada esta deficiência na representação documentária partimos para a construção de uma estrutura conceitual que dessa conta desta representação por meio do campo semântico do domínio específico de governo eletrônico brasileiro.

4 MATRIZ DOCUMENTÁRIA

De acordo com as ideias de Wanderley (1980 apud Dodebei 2014), a coleção documentária pode ser representada por uma matriz documentária, definida por um quadro de entrada dupla. Esta entrada possui uma linha para cada documento a ser organizado e cada coluna dessa matriz fica designada para as características que os documentos representam.

Segundo Dodebei, com base na representação simbólica da matriz seria possível edificar a “teoria geral da organização das memórias documentárias” (2002, p. 28) ou o conjunto de elementos, que permite o acesso aos documentos da coleção a partir de suas características, e a sistemática dos processos de seleção. Para ela, a representação da informação é composta por Objetos, que são as coisas que queremos representar nos documentos, e as características de tais coisas, que são as Propriedades.

Seguindo a metodologia de Dodebei, foi feita uma Matriz documentária como proposta de organizar o repositório da biblioteca do governo eletrônico. Segue abaixo sugestão de estrutura da matriz para registro:

Propriedade/ Objeto (Classe)	Subclasse	Tipo	Formato	Período	Abrangência	Público Alvo
MATÉRIA	Aplicativo (portais, sistemas);; Legislação e Normas; Material; Projeto e Programa					
ENERGIA	Eventos Serviço					
PERSONALIDADE	Orgãos Gestores Comites					

Quadro 1- Proposta de Matriz para organização da coleção da Biblioteca do portal de governo eletrônico

Fonte: Nalin, 2017.

A escolha por Objeto e Propriedade define-se por adequação mútua, no qual o objeto é formado por conjunto de propriedades e as propriedades descrevem a classe de objeto. No quadro 2, exemplificamos como a busca poderia se dar por combinação de propriedades para cada classe de objeto. No caso da subclasse Legislação, poderíamos encontrar os itens que contivessem as seguintes propriedades:

Propriedad e/ Objeto (Classe)	Subclasse	Tipo	Formato	Período	Abrangência	Público Alvo
PRODUTO	Aplicativo (portais)					
	Legislação e Normas	Documento	PDF	2000	Estadual	Cidadão
	Projeto e Programa					

Quadro 2- Busca por propriedades da subclasse Legislação

Fonte: Nalin, 2017.

A partir desta Matriz, é possível não só categorizar os documentos que compõem a coleção da Biblioteca do Portal de Governo Eletrônico Brasileiro como também propor por dedução, as grandes categorias que irão compor uma estrutura conceitual para um vocabulário controlado que oriente a indexação futura da coleção.

4.1 Classificação facetada

Segundo Campos (2001) entre os princípios instituídos por Ranganathan (1967), a análise de faceta é um dos mais reconhecidos na área de Biblioteconomia. Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892- 1972), matemático, indiano e bibliotecário, contribuiu muito para biblioteconomia no século XX, especialmente na área da classificação de assunto. Ele criou o sistema de Classificação de Dois Pontos, o Colon Classification em 1933, também, conhecido como Classificação em Facetas ou Classificação Analítico-Sintética.

Conforme as ideias de Ranganathan (1967) de acordo com Campos (2001) a classificação em facetas é caracterizado por estruturar o conhecimento de maneira que os assuntos compostos, sinteticamente, surgem a partir de conceitos “elementares”. Na área da Documentação, Shiyali Ramamrita Ranganathan elabora a Teoria da Classificação Facetada, na qual apresenta princípios para a organização de conceitos hierarquicamente estruturados ele constatou que a maioria dos assuntos tratados, eram assuntos compostos, então, Ranganathan identificou as cinco categorias fundamentais e mutuamente exclusivas: Personalidade (P), Matéria (M), Energia (E), Espaço (S) e Tempo (T).

De acordo com Lima (2007), para elaborar uma classificação facetada, deve-se examinar a literatura do assunto a fim de identificar seus conceitos e termos, estabelecendo suas características e facetas. Após levantar e definir a terminologia do assunto, os termos são analisados e distribuídos em facetas.

Desta forma, no processo para a construção da proposta de indexação da biblioteca do governo eletrônico, foi ideal utilizar a análise facetada para compor as facetas da Matriz Documentária. Como já havia sido feito as etapas de pesquisa no

repositório da biblioteca, de identificação dos termos e conceitos, a última fase foi estabelecer as facetas da matriz documentária. As facetas iam agrupar os termos , na base da análise de um assunto.

Adequando as categorias fundamentais de Ranganathan (PMEST) com os termos, as facetas foram divididas desta forma:

- **Personalidade:** instituição, pessoa jurídica, órgão, comitê, secretaria ou toda e qualquer união de pessoas ou grupos estabelecida para fins específicos dentro da sociedade.
- **Energia:** Processos, planejamentos ou qualquer outro tipo de atividade/ação como evento: Acontecimento (festa, espetáculo, comemoração, solenidade etc.) organizado por especialistas, com objetivos institucionais, comunitários ou promocionais e Serviços para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- **Matéria:** Propósito e criação de meios para alcançar um objetivo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo ou esforços, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; Material; Projetos e programas; Legislação e Normas como qualquer tipo de princípio, preceito, norma, lei, ordem e decreto criado pelo governo para estabelecer as regras que devem ser seguidas; Aplicativo: Software, sistema, programa de computador, linguagem, portal ou qualquer tipo ou parte de componente da propriedade e meio digital.

Para a formação das categorias, foram utilizados os princípios normativos do plano das ideias presente na análise de facetas de Ranganathan compreendidas por Campos (2001), que interpreta o Plano ideacional como um plano superior, pois, os números e as palavras só nos interessam porque existe uma ideia atrás dela. A partir disso, as facetas foram criadas de modo a abraçar todas as “ideias” das palavras que formam a estrutura conceitual, encaixando cada termo em uma faceta por sua característica mais abrangente.

Desta maneira, estruturou-se a matriz documentária como forma de organização, possibilitando a busca por combinação de propriedades para cada classe de objeto.

5 A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Para a construção da proposta de uma estrutura conceitual foi iniciado o processo de coleta de termos fazendo análise e síntese dos documentos disponíveis no *site*. Foram pesquisadas e analisadas as publicações do sítio do e-Gov, as grandes categorias de assuntos na biblioteca do e-Gov e artigos científicos da área de domínio em questão para a extração dos termos e conceitos mais relevantes para a construção do sistema de conceitos sobre o tema e sua representação posteriormente como linguagem documentária.

Um conceito é uma ideia ou construção mental elaborada acerca de um fenômeno (1). São termos referentes aos fenômenos que ocorrem na natureza ou no pensamento (2). São representações cognitivas, abstratas, de uma realidade perceptível formada por experiências diretas ou indiretas (3). Os conceitos podem ser empíricos ou concretos (observados pelos sentidos) ou abstratos (não observáveis). Sua função primária é permitir que indivíduos possam descrever situações e se comunicar efetivamente (PEREIRA; BUFREM, 2005, p. 24).

A identificação dos conceitos, cuja representação se dá na forma de termos, mediante as leituras de publicações e artigos específicos, foi seguida da seleção dos termos que realmente eram descritores daquela área. Com os descritores selecionados, foi possível compreender os sentidos abstratos e cognitivos representados em palavras, de vocabulário específico.

Conforme foram definidos os termos, foi percebido que muitos deles possuíam conexões, sendo difícil muitas vezes definir um termo sem entender um outro do mesmo assunto. Assim como Campos afirma:

Na Teoria da Classificação Facetada, as unidades classificatórias são o assunto básico e a idéia isolada. Como se observou anteriormente, em toda a teoria de Ranganathan os elementos estão interligados. Definir assunto básico e idéia isolada torna-se difícil, porque um conceito é dependente do outro, ou seja, não é possível definir um sem definir o outro e vice-versa. (CAMPOS, 2009, p. 49.)

Foi observado também que não existia somente dependência entre os termos, mas também, levemos em consideração, de acordo com Bocatto:

O processo de representação é dependente da etapa de análise de assunto por

meio da identificação e seleção de conceitos, com vistas à “tradução” desses conceitos identificados e selecionados por meio de termos constituintes de uma linguagem documentária (Bocatto, 2009, p. 122).

O bibliotecário, dessa forma, é conduzido pelo processo de representação. Esse processo orienta a escolha dos termos correspondentes de forma tal a exaurir a linguagem documentária e o próprio sistema.

Esta estrutura permite ao usuário compreender as relações que existem entre os conceitos de uma dada área do conhecimento, o que facilita a comunicação entre o usuário e a base de dados. Os Conceitos, para serem manipulados, necessitam de um símbolo que permita a comunicação. Na área da documentação, o símbolo é linguístico, sendo denominado "termo de recuperação". Os conceitos e termos são, portanto, elementos de qualquer esquema de classificação e dos tesauros (CAMPOS, 2001, p.17).

Com base no referencial teórico da classificação facetada, optou-se por utilizar o modelo da análise facetada para deduzir a estrutura, objetivando assegurar uma arrumação lógica dos conceitos dentro do domínio.

Desta maneira, esta etapa possui os seguintes estágios: definição de âmbito temático, público-alvo, extração dos termos, definição dos termos, definição da forma de representação, elaboração do glossário e elaboração de uma estrutura conceitual para a biblioteca do sítio.

No âmbito Temático tem como área de abrangência o governo eletrônico brasileiro e como temática específica, o site e seu repositório. Como público-alvo, destina-se aos alunos de graduação em Biblioteconomia e o público interessado na área. No processo de extração dos termos que compõem a estrutura conceitual, foram escolhidas majoritariamente publicações produzidas pelos especialistas em diversas áreas ligadas ao governo e aos órgãos que o compõe. Foram identificados 402 termos. A definição dos termos foi baseada nos itens disponíveis no repositório do *site* do governo eletrônico, em publicações de portais oficiais do domínio gov.br., em normas oficiais, embasadas nas legislações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho foi visto a importância da Representação da memória documentária para determinar uma metodologia eficiente a fim de propor um controle de vocabulário para o portal de Governo Eletrônico Brasileiro. Um processo de suma relevância que envolve a busca, recuperação e disseminação da informação na biblioteca do e-Gov e em qualquer área do conhecimento que pretende organizar.

O processo baseado na metodologia escolhida e aplicada para construção dessa proposta enfrentou o desafio de identificar as fronteiras deste domínio e definir os limites necessários para o mapeamento do campo semântico, salientando a interdisciplinaridade que o domínio possui.

De acordo com Moraes e Simões (2015), o desenvolvimento de uma linguagem documentária privilegia a busca por parte dos usuários e garante o fluxo efetivo de informações sobre o domínio. Portanto, o êxito da organização pode ser avaliado posteriormente pelos resultados obtidos com a recuperação precisa da informação, por meio de uma linguagem documentária portadora de um repertório terminológico de alto nível de especialização e de alto rigor e excelência em sua construção.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rachel Cristina Vesú. **Web semântica**: uma análise focada no uso de metadados. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93690>>. Acesso em: 30 Nov. 2017.

BOCCATO, Vera Regina Casari. A linguagem documentária vista pelo conteúdo, forma e uso na perspectiva de catalogadores e usuários. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 119-135.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre a regulação do acesso à informação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 05 Dez. 2017

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Taxonomia e Classificação: o princípio de categorização. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida Leopoldina. Os metadados como instrumentos tecnológicos na padronização e potencialização dos recursos informacionais no âmbito das bibliotecas digitais na era da web semântica. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 13-19, 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/840>>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

CIANCONI, Regina de Barros. **Gestão do conhecimento**: visão de indivíduos e organizações no Brasil. 2003. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/675>>. Acesso em 11 Dez. 2017.

CUNHA, Murilo Bastos. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n.3, p. 255-266, 1999. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/829/861>>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101- 107, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. . O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n.1, p. 23-48, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6678>>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

DODEBEI, Vera Lúcia. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FREITAS, Ilton. **Transparência e controle na era digital: a agenda da democracia brasileira - como a presença dos governos na internet pode favorecer o estado democrático de direito**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.7, n.1, p. 42-66, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/13439>>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

FUJITA, M.S.L. et al. (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. O vocabulário controlado do Governo Eletrônico: contribuições e limites na implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/70989>>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

GAMA, Janyluce Rezende. **Instrumentos de transparência e acesso às informações públicas: um estudo das demandas por informações contábeis nas universidades federais**. 2015. 189 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/19201>>. Acesso em: 20 Dez. 2016.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Ações para a construção de uma biblioteca virtual: relato de experiência do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Revista USP**, São Paulo, n. 35, p. 54-61, set./nov.1997. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~is/infousp/rosaly.htm>>. Acesso em: 02 Dez. 2017.

LEVACOV, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução?. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 125-135, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200003>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIMA, Gercina Ângela. A análise facetada na modelagem conceitual para organização hipertextual de documentos acadêmicos: sua aplicação no protótipo MHTX (Mapa Hipertextual). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abcib/article/view/7000>>. Acesso em 11 Dez. 2017.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. “Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p.115-124, maio/ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200002>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

MORAES, Miriam Gontijo. Análise da proposta brasileira de E-Governo como expressão de uma política de informação a partir do conceito de regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n.2, p. 179-188, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/406> >. Acesso em: 2 Dez. 2014.

PEREIRA, Edmeire Cristina; BUFREM, Leilah Santiago. Princípios de Organização e Representação de Conceitos em Linguagens Documentárias. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 20, p. 21-37, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2005v10n20p21>>. Acesso em 11 Dez. 2017

PRADO, O.; Ribeiro, M. M.; Diniz, E. Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro. In: PINHO, José Antonio Gomes(Org.). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 15-42.

RIBEIRO, Cláudio José da Silva; PEREIRA, Durval Vieira . A publicação de dados governamentais abertos: proposta de revisão da classe sobre Previdência Social do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico. **TransInformação**, Campinas, vol.27, n.1, pp.73-82, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862015000100073&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

SIMÕES, Kátia Oliveira; MORAES, Miriam Gontijo. Proposta de modelagem conceitual para a organização da informação na Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000024703/8eaf6822c990bf39c1d8139ba66ee782/>>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

SIQUEIRA, Jessica Camara. Recursos linguísticos para análise de vocabulário

controlado: o caso do SAUSP. **Biblionline**, João Pessoa, v.7, n. 2, p. 52-62, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/10211>>. Acesso em: 11 Dez. 2017.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

GLOSSÁRIO

0800 saúde: Tipo de aplicativo da área da saúde. [APLICATIVO]

4CMBR: Programa de apoio tecnológico à Comunidade, Conhecimento, Colaboração e Compartilhamento dos Municípios Brasileiros. [PROJETOS E PROGRAMAS]

AACD: Instituição para Crianças Deficientes. [INSTITUIÇÃO]

ABEP: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, foi fundada em 1984 e reúne as maiores empresas de pesquisa do Brasil. Promove e incentiva o relacionamento entre todos os elos da indústria da pesquisa no Brasil e Américas do Norte, Central e Sul. A ABEP é também um ponto convergente entre profissionais de comunicação e marketing, facilitando as trocas e fortalecendo o mercado. [INSTITUIÇÃO]

Acessibilidade Digital: Projeto de eliminação de barreiras na Web. O conceito pressupõe que os sites e portais sejam projetados de modo que todas as pessoas possam perceber entender, navegar e interagir de maneira efetiva. [PROJETOS E PROGRAMAS]

Acessibilidade: Processo que melhora a qualidade de vida das pessoas, e que deve estar presente, independente das condições físicas, nos meios físicos, técnicos ou dispositivos utilizados. [PROCESSOS]

Aplicativo Desenvolve Brasil: Ferramenta pioneira na governança digital que irá aprimorar o monitoramento dos empreendimentos de infraestrutura no país, que contam com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Por meio do aplicativo, o cidadão poderá acompanhar a evolução das obras nos estados e municípios. A ferramenta ampliará a participação da sociedade na gestão governamental e tornará mais transparentes as ações do governo. Com o app será possível verificar informações como situação, localização e investimentos previstos. Integrado às redes sociais, ele permite que o cidadão contribua com o envio de fotos, avaliações, comentários e compartilhamento das páginas dos empreendimentos. [APLICATIVO]

Aplicativo Mais Brasil: O aplicativo Mais Brasil é uma ferramenta que facilita o diálogo federativo em torno do planejamento, aumentando as possibilidades de articulações intergovernamentais e a eficiência no uso e destinação dos recursos públicos esforçando para oferecer mais transparência à ação governamental, permitindo que qualquer cidadão consulte com facilidade os diagnósticos para os desafios nacionais, arranjos e políticas públicas. [APLICATIVO]

Aplicativo: Tipo de software que funciona como um conjunto de ferramentas desenhado para realizar tarefas e trabalhos específicos no seu computador. Enquanto os sistemas operacionais são encarregados de fazer funcionar o seu computador, os programas são apresentados como ferramentas para melhorar as tarefas que você realiza. [APLICATIVO]

App FGTS: Tipo de aplicativo que ajuda o trabalhador a acompanhar sua conta FGTS com muito mais praticidade. Com o App FGTS Trabalhador, você pode consultar os depósitos em sua conta FGTS, atualizar o seu endereço e localizar os pontos de

atendimento mais próximos. Tudo direto do seu smartphone, a qualquer hora e em qualquer lugar. [APLICATIVO]

APP: Ver aplicativo [APLICATIVO]

Aquisições de Bens de TI: Processo de aquisição de produtos dentro da lista dos bens de TI. [PROCESSO]

Assespro: A Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, é uma entidade sem fins lucrativos, regida por seus Estatutos Sociais, criada com o intuito de representar de forma distinta e empreendedora, empresas privadas nacionais produtoras e desenvolvedoras de software, produtos e serviços de tecnologia da informação, telecomunicações e internet. [INSTITUIÇÃO]

Ativos de rede: Tipos de equipamentos com função de estabelecer nos órgãos públicos a infraestrutura necessária para a comunicação de dados internos e externos. Equipamentos Wi-Fi e switches. [MATERIAL]

Autenticação do cidadão: Tipo de programa com Plataforma que tem o objetivo de reduzir custos, melhorar o atendimento à sociedade e aperfeiçoar os programas sociais. Para facilitar o acesso a serviços públicos, o ministério fará uma parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para utilizar a base de dados biométrica coletada nas últimas eleições. A medida simplificará e tornará mais segura a utilização de serviços públicos por dispositivos móveis, como celulares e tablets. [PROGRAMA]

Banda Larga na Escola: Programa Banda Larga na Escola tem como objetivo conectar todas as escolas públicas à Internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país. Essas conexões inicialmente serão mantidas de forma gratuita até o ano de 2025. [PROGRAMA]

Banda Larga: Tipo de processo de conexão com velocidade de conectividade igual ou superior a 128 Kbps para download e upload. Conexão permanente, ou seja, 24 horas por dia, sete dias na semana sem interrupções e sem ocupar a linha telefônica. [PROCESSOS]

Big Data: Conjuntos de dados muito grandes ou complexos, que os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar, irá proporcionar maior segurança no registro e acesso de informações dos cidadãos, além de contribuir para evitar fraudes. [APLICATIVO]

Biometria: O uso da biometria para identificar cidadãos nos bancos de dados ou em serviços públicos faz parte de uma política de governo para aperfeiçoar os programas sociais a partir de uma parceria com o TSE para utilização da base biométrica. [PROCESSOS]

Blockchain: É uma das tecnologias, ferramentas que faz o *Bitcoin* funcionar. É um banco de dados descentralizado que armazena todas as transações que ocorreram na história do *Bitcoin*. O *Bitcoin* é uma moeda, assim como o real ou o dólar, mas bem diferente dos exemplos citados, uma vez que não é possível mexer no bolso da calça e encontrar uma delas esquecida. Ela não existe fisicamente, é totalmente virtual.

[APLICATIVO]

Brasil 100% Digital: Evento para apresentar projetos de governo e da sociedade, além de ações de controle relacionados a serviços públicos digitais, abertura de dados governamentais, participação social, instrumento de transparência e controle social, com foco na avaliação e melhoria de serviços e políticas públicas. [EVENTO]

Brasil Cidadão: A Presidência da República, por meio da Casa Civil, de políticas de cidadania digital instituída pelo Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, de compartilhamento de base de dados constante no Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016, e por meio do Decreto nº 28.638 de 15 de janeiro de 2016, que institui a Política de Governança Digital, bem como pelas políticas de Governo Digital com enfoque no cidadão, iniciou o projeto da plataforma de cidadania digital, que contempla diversas diretrizes para a prestação de serviços públicos digitais, das quais fazem parte a convergência autoritativa e a federação dos processos de autenticação dos serviços digitais. Para essa diretriz foi concebido o conceito da Plataforma de Autenticação Digital do Cidadão, o projeto Brasil Cidadão, que depois virou a plataforma Brasil Cidadão. [APLICATIVO]

Brasil Internet Exchange: Evento é responsável pela abertura da VI Semana de Infraestrutura da internet no Brasil, evento realizado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Dados técnicos e análises de mercado foram intercalados, ao longo da programação, com reflexões e diálogos sobre questões que influenciam no desenvolvimento da internet. [EVENTO]

Brasil.gov.br: O portal Brasil tem o propósito de informar, estimular a participação social e prestar serviços ao cidadão, o Governo Federal disponibiliza diversos canais que facilitam a comunicação entre o Estado e a Sociedade. [APLICATIVO]

C3S: Central de Serviços e Suporte do SISP - do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, especialista no assunto, que auxilia os órgãos nas etapas de planejamento, desenvolvimento e homologação de sítios e serviços com relação às recomendações do e-MAG. [APLICATIVO]

Campus Party: Evento que surgiu na Espanha, onde foi realizado o primeiro dos eventos em 1997, posteriormente estendendo-se a outros países como Brasil, Colômbia e México. Hoje é considerado um dos maiores eventos de inovação, ciência, criatividade e entretenimento digital de todo o mundo, tendo reunido milhares de cidadãos de todos os cantos do mundo em um único espaço. [EVENTO]

Campus Party Brasil: *Campus Party Brasil* é o principal acontecimento tecnológico realizado anualmente no Brasil. Nele são tratados os mais diversos temas relacionados à Internet, reunindo um grande número de comunidades e usuários da rede mundial de computadores envolvidos com tecnologia e cultura digital. [EVENTO]

Carta de Serviços: A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento e os padrões de atendimento estabelecidos. A sua prática implica para a

organização um processo de transformação sustentada em princípios fundamentais – participação e comprometimento, informação e transparência, aprendizagem e participação do cidadão. Esses princípios têm como premissas o foco no cidadão e a indução do controle social. [MATERIAL]

Cartilha de Redação Web: A Cartilha é o resultado do Projeto Padrões Web em Governo Eletrônico, do Programa de Governo Eletrônico do Governo Federal (www.governoeletronico.gov.br) - que fornece recomendações de boas práticas na área digital, com o objetivo de aprimorar a comunicação, o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo Federal. [MATERIAL]

Catálogo de Software: O resultado de uma consulta que levantou, em dois meses, os softwares disponíveis nos 220 órgãos que integram o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). A consulta contou com a contribuição de 102 órgãos públicos. O novo catálogo vai facilitar o acesso dos órgãos e entidades do SISP às soluções prontas aptas a atender suas necessidades, bem como permitir o trabalho colaborativo entre os que têm necessidades comuns. [MATERIAL]

Catálogo de Consultoria de Serviços: Material de consultoria que é dividido em oito eixos temáticos: governança de TI, contratação de TI, software público, padronização tecnológica, governo eletrônico, serviços de rede, segurança da informação e interoperabilidade (e-ping). O objetivo do catálogo é aperfeiçoar o atendimento aos servidores que buscam informações sobre diversos assuntos, como pregões eletrônicos, segurança da informação, infovia/telefonia, serviços digitais e governança de TI. A publicação auxiliará na solução de problemas, uma vez que indicará o caminho mais curto para a resolução de questões específicas no dia a dia. [MATERIAL]

CAU: O Sistema CAU foi desenvolvido e concebido em 2009 para apoio, acompanhamento e controle das funções de organização de uma Central de Serviços de Tecnologia da Informação e com um sistema administrativo que possibilitasse ao usuário final abrir solicitações e incidentes via sistema, acompanhar o andamento das mesmas e controlar os chamados desde a abertura até o seu encerramento. [APLICATIVO]

CeBit: *Center for Office Automation, Information Technology and Telecommunication* (CeBIT), em Hannover, na Alemanha é, reconhecidamente, a maior feira de inovação tecnológica de toda a Europa. O evento é realizado desde 1986. [EVENTO]

CEGE: Comitê Executivo de Governo Eletrônico tem o objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico. [INSTITUIÇÃO]

Central de Compras: Instituição, instituída pelo Decreto 8.189/2014, é uma unidade vinculada à Secretaria de Gestão – SEGES, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. São objetivos da Central de Compras, no âmbito do Poder Executivo Federal: Desenvolver, propor e implementar modelos, mecanismos, processos e procedimentos para aquisição e contratações centralizadas de bens e

serviços de uso em comum pelos órgãos e entidades; Planejar, coordenar, controlar e operacionalizar as atividades relacionadas à inteligência e à estratégia de licitação, aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum a partir da demanda estimada pelos órgãos e entidades; Acompanhar a formalização dos contratos referentes aos bens e serviços sob sua responsabilidade junto aos órgãos e entidades, orientando-os quanto à gestão contratual; Expedir normas complementares para efetivação de suas atribuições, observadas as normas gerais definidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. [INSTITUIÇÃO]

CEPAL: A CEPAL é uma organização que reúne grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da CEPAL o Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e Estados Unidos da América. [INSTITUIÇÃO]

CEPTRO.br: Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologia de Redes e Operações área do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) responsável por serviços e projetos relacionados principalmente à infraestrutura da Internet no Brasil. [INSTITUIÇÃO]

CERT.br: O Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil é mantido pelo NIC.br, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, e atende a qualquer rede brasileira conectada à Internet, é o Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança para a Internet brasileira, mantido pelo NIC.br, do Comitê Gestor da Internet no Brasil o responsável por tratar incidentes de segurança em computadores que envolvam redes conectadas à Internet brasileira. [INSTITUIÇÃO]

CERTFORUM: Fórum de Certificação Digital chega a sua 15ª edição em novo formato. Agora, além da plenária principal, o evento contará com palestras, *workshops* e novos espaços para debates e compartilhamento de conhecimento sobre a certificação digital ICP-Brasil. [EVENTO]

Certificação Digital: A certificação digital é a tecnologia que provê os mecanismos para as transações eletrônicas que necessitam da adoção de mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas. No cerne da certificação digital está o certificado digital. [APLICATIVO]

Certificado Digital SSL: É um documento eletrônico que tem como fundamento o protocolo SSL e, por isso, também é conhecido como Certificado SSL. Ele garante a autenticidade dos sites acessados, evitando que o usuário seja ludibriado por sites falsos. Todo site com SSL tem um cadeado na barra de status e o nome da empresa ao

lado. Da mesma forma que o SSL, a assinatura digital também é fundamentada na criptografia. Além das chaves criptográficas, a assinatura digital usa o *hash*, código exclusivo que é gerado para determinada informação e não muda nunca, independentemente do volume de dados. [APLICATIVO]

Certificado digital: É um documento eletrônico que cria uma chave pública para empresas, entidades e pessoas para que elas realizem certas atividades e serviços pela internet, como o gerenciamento de documentos e a emissão de notas fiscais eletrônicas. [APLICATIVO]

CETIC.br: O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, do NIC.br, é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e uso da Internet no Brasil, divulgando análises e informações periódicas sobre o desenvolvimento da rede no País. O Cetic.br é um Centro Regional de Estudos, sob os auspícios da UNESCO. Para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cgi.br). [INSTITUIÇÃO]

Ceweb.br: Centro de Estudos sobre Tecnologias Web é órgãos de administração pública, que visa promover discussões, realizando palestras, cursos, artigos, *papers* sobre temas relacionados à Web como Acessibilidade, Dados, Internet das Coisas na Web, Realidade Virtual e outros assuntos para fomentar o uso das tecnologias Web abertas e padronizadas na comunidade brasileiro, sobre o governo aberto e formas de viabilizar sua implementação. [INSTITUIÇÃO]

CGI.br: Portal do O Comitê Gestor da Internet no Brasil, responsável por estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil, coordena e integra todas as iniciativas de serviços Internet no País, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Com base nos princípios do multissetorialismo e transparência, o CGI.br representa um modelo de governança da Internet democrático, elogiado internacionalmente, em que todos os setores da sociedade são partícipes de forma equânime de suas decisões. [APLICATIVO]

CGI: O Comitê Gestor da Internet no Brasil tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível ".br". Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet. [INSTITUIÇÃO]

CGU: Controladoria-Geral da União órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente o Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo federal, fossem relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno,

auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. [INSTITUIÇÃO]

Chamada Pública: Publicação de um edital cuja finalidade é a ampla divulgação, para assegurar a publicidade dos atos da administração pública, da contratação de obras e/ou serviços públicos, nos casos em que é dispensada a licitação, conforme o art. 24 da Lei 8666/93. Ver também: anúncio público. [MATERIAL]

Cidadania Digital: A Plataforma de Cidadania Digital chega para ampliar e simplificar o acesso dos cidadãos brasileiros aos serviços públicos digitais, inclusive por meio de dispositivos móveis. [APLICATIVO]

Cidades Digitais: O programa Cidades Digitais foi inaugurado em Toledo (PR), nesta quinta-feira (19), oferecendo 14 quilômetros de fibra óptica ao município. Essa infraestrutura interliga 18 prédios públicos e dá acesso de internet sem fio na Praça Willy Barth, no Parque Ecológico Diva Paim Barth, no Ginásio de Esportes Alcides Pan e no Centro Cultural Ondy Hélio Niederauer. Além do anel de fibra óptica, que interliga órgãos públicos, a rede das Cidades Digitais viabiliza instalação de equipamentos e softwares, suporte técnico e aplicativos nas áreas de saúde, educação e gestão financeira e tributária, e pontos gratuitos de wi-fi para a população. O programa inclui ainda, por meio do Pronatec, cursos técnicos e treinamento de servidores para o gerenciamento dessa rede. [PROJETO E PROGRAMA]

Cidades Inteligentes: A cidade inteligente é uma construção evolutiva, um processo que envolve a constante busca de resolver problemas por meio de soluções disruptivas, fazendo-se uso de materiais integrados com sensores, dispositivos eletrônicos e redes de comunicação, os quais são ligados com sistemas computadorizados, para análise de dados a partir de algoritmos inteligentes que tomam decisões. As áreas temáticas da chamada são meio ambiente sustentável; mobilidade urbana; tecnologias assistivas; segurança pública; tecnologias para difusão de educação e cultura e saúde. Os recursos disponíveis para financiamento são de R\$ 10 milhões, sendo 50% com recursos da Finep e 50% com recursos da Fapesp. Podem participar da chamada microempresas, empresas de pequeno porte, pequenas empresas e médias empresas brasileiras, sediadas no estado de São Paulo (SP) e constituídas, no mínimo, 12 meses antes ao lançamento do edital. [PROJETO E PROGRAMA]

CISAP: Instituída pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública tem por objetivo principal propor a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da administração pública federal, objetivando o desenvolvimento nacional sustentável. [INSTITUIÇÃO]

CLAD: Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento. [INSTITUIÇÃO]

CMSI: Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação consistiu em dois eventos patrocinados pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre informação, comunicação e, em termos amplos, a Sociedade da Informação que ocorreu em 2003

em Genebra e em 2005 em Túnis. Uma de suas metas principais era diminuir a então chamada exclusão digital global que separa países ricos e pobres através da ampliação do acesso à Internet no mundo em desenvolvimento. As conferências marcaram o dia 17 de maio como o Dia Mundial da Sociedade da Informação. [INSTITUIÇÃO]

CNEN: A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), criada em 1956 e estruturada pela Lei 4.118, de 27 de agosto de 1962, para desenvolver a política nacional de energia nuclear. Órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, a CNEN estabelece normas e regulamentos em radioproteção e é responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil. [INSTITUIÇÃO]

CNI: Confederação Nacional da Indústria. [INSTITUIÇÃO]

CNM: Confederação Nacional dos Municípios. [INSTITUIÇÃO]

CNPQ: O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), têm como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. [INSTITUIÇÃO]

Coletivo Digital: Organização não governamental para levar adiante a experiência de seus integrantes nas áreas de software livre, cultura e inclusão digital. [INSTITUIÇÃO]

Compartilhamento de Dados: Processo que negociará com o órgão responsável a Permissão de Acesso a Bases de Dados. Pelo modelo atual, definido no Decreto 8.789/2016, e regulamentado na Portaria nº 58/2016, o órgão interessado em acessar dados de outro órgão preencher uma Solicitação de Acesso a Bases de Dados e encaminha para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento – STI/MP. Uma vez concedida, essa permissão tem validade permanente e não precisa ser renovada. Após a cessão da Permissão, são negociadas questões técnicas e de custeio. [PROCESSO]

Compra Conjunta: Processo de aquisição conjunta de equipamentos, que envolve a participação de órgãos e prevê comunicação remota, com processo licitatório. É permitido, ainda, que outros órgãos façam a adesão às atas de registro de preços que serão geradas. [PROCESSO]

Compras de Bens de TI: Processo de compra de produtos da área de tecnologia da informação. [PROCESSO]

Compras Governamentais: Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) é disponibilizado para realização de processos eletrônicos de aquisições e disponibilização de informações referentes às licitações e contratações promovidas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. [APLICATIVO]

Compras NET: Portal de Compras do Governo Federal [APLICATIVO]

Compras Públicas: Processos de compras na administração pública brasileira orientados pela constituição federal de 1988, pela lei 866/3 que institui normas para

licitações e contratos administrativos. [PROCESSO]

Computação em Nuvem: Refere-se à utilização da memória e da capacidade de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet, seguindo o princípio da computação em grade. [PROCESSO]

Confaz: Conselho Nacional de Política Fazendária - promover a celebração de convênios, para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto. [INSTITUIÇÃO]

Conferência Web.br: Principal encontro brasileiro sobre tendências e boas práticas de desenvolvimento Web, a Conferência Web.br promove discussões que buscam “Transcender a Web”, como diz o tema do evento de 2017. A 9ª edição do evento abre inscrições a partir de amanhã (25/05) e acontecerá nos dias 24 e 25 de outubro, em São Paulo, com promoção do Escritório Brasileiro do *World Wide Web Consortium* (W3C Brasil) e realização do Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). [EVENTO]

Conif: Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) é uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência. [INSTITUIÇÃO]

CONIP: Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública vem se mostrando ao longo dos últimos 23 anos um encontro consolidado e reconhecido como o principal fórum de inovação, constantemente apontando as tendências de uso de tecnologias na gestão pública. O único evento do setor que aborda a inovação, a modernização da gestão pública e a melhoria contínua dos serviços públicos que o Estado oferece à sociedade nas três esferas públicas. [EVENTO]

Consad: Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração, padrões de gestão pública baseados na qualidade, na eficiência, no mérito, na transparência e no comprometimento com resultados que contribuem para o equilíbrio federativo, o desenvolvimento do País e o fortalecimento da democracia. [INSTITUIÇÃO]

Consegi: Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico é um evento anual realizado pelo Governo Federal do Brasil.^[1] Organizado pelo SERPRO, teve sua primeira edição em 2008 no Centro de Convenções da CNTC em Brasília, e a partir de 2009 na ESAF. Reunindo milhares de profissionais de órgãos públicos e privados, políticos, cientistas, educadores e estudantes para vários dias de palestras, workshops, cursos, mesas redondas e outros eventos sobre software livre, governo eletrônico e assuntos relacionados. [EVENTO]

Consulta Pública: Promove a participação de cidadãos, empresas e órgãos no processo de tomada de decisão das ações governamentais. blog reservado para iniciativas de participação social do Departamento de Governo Digital/Secretaria de Tecnologia da Informação/Ministério do Planejamento. Endereço: <http://www.participa.br/comunidade-de-ajuda-sobre-consultas-publicas/>. Existente

desde: 2015. [APLICATIVO]

Contratação Conjunta: Reduzir os gastos e fortalecer as políticas governamentais de uso estratégico do poder de compra do Estado. Nesse contexto, uma forma bastante efetiva para atingir esses objetivos é a promoção de contratações conjuntas, que objetivam suprir necessidades comuns de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal. A realização de contratações conjuntas visa reduzir o preço final contratado, através de compra concentrada, com maiores volumes e também possibilita melhor qualidade nos produtos adquiridos. Além disso, proporciona economia de esforços pela redução de processos repetidos, facilita o planejamento das necessidades através de contratações periódicas e padroniza os bens e serviços contratados, facilitando sua manutenção e uso. [PROCESSO]

Contratação de Serviços de TI: Contratação de trabalhos nas áreas de implantação, migração, treinamento, suporte assistido e hospedagem de quatro softwares públicos como i-Educar, e-Cidade, e-Nota e e-ISS. As intenções também têm validade para órgãos da administração pública federal e de outros entes da federação. [PROCESSO]

Contratação de Softwares: Documento com Boas práticas, vedações e orientações para contratação de software e de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas (Fábrica de Software) é um anexo da Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016. Entre as novidades da publicação estão as diretrizes para as contratações de serviços de apoio à contagem de Pontos de Função. Nessa última atualização do anexo, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) passa a recomendar boas práticas para a contratação de serviço especializado de apoio à contagem de Pontos de Função. Entre elas, estão novas formas de remuneração do serviço e uma proposta de fluxo de trabalho para as áreas responsáveis pelas aferições e contagens de pontos de função dos órgãos. [PROCESSO]

Contratações de TI: Processo apresentado por Modelo de Contratações de TI (MCTI), modelo este baseado na Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014. O Núcleo de Contratações de TI (NCTI) vem buscando as melhores estratégias para auxiliar a comunidade SISP no alinhamento de suas contratações de TI ao modelo definido. Essa busca, fundamentada, por um lado, na discussão com diversos servidores lotados nos órgãos integrantes e na própria Secretaria de Tecnologia da Informação - STI; e, por outro, no amadurecimento da compreensão do escopo dos objetivos e das estratégias possíveis – excludentes ou não, resultou na percepção unânime de que é fundamental implantar, no âmbito do SISP, a médio prazo, um sistema de caráter estruturante que atenda com completude às necessidades de automação das fases PCTI (Planejamento da Contratação de TI) e GCTI (Gestão de Contratos de TI) do MCTI, e que, ao mesmo tempo, contemple algumas premissas estratégicas essenciais. [PROCESSO]

Contratações Públicas Sustentáveis: Fórum Colaborativo do portal para compartilhar, divulgar conhecimento, experiências e boas práticas sobre Compras Públicas Sustentáveis no Brasil. Sensibilizar e orientar gestores e servidores públicos que atuam

na área de compras sobre a importância da sustentabilidade nas aquisições realizadas pelo governo federal. [APLICATIVO]

Contratações: Contratações existentes na lei 8.666/93, nos quais o governo é obrigado a elaborar o projeto básico das obras, com uma relação minuciosa dos materiais e mão-de-obra que serão usados em todo o empreendimento, no modelo de contratação integrada, o ente licitante somente apresenta um anteprojeto aos interessados. Todos os demais trabalhos referentes ao empreendimento, desde a elaboração dos projetos básico e detalhado até a realização de testes, são feitas pelo contratado, que deve entregar o empreendimento dentro dos parâmetros convencionados. A remuneração do contratado, nesse caso, é variável, vinculada ao seu desempenho e há a possibilidade de pagamento de bônus por metas. [PROCESSO]

Controle social: Informações detalhadas sobre parcerias firmadas entre o Executivo Federal e governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil (OSC) colocadas para a sociedade ter controle social. [PROCESSO]

Cooperação técnica: Desenvolver ações para fortalecer, divulgar e ampliar o Portal do Software Público Brasileiro (SPB). Entre as ações programadas, está o trabalho colaborativo sobre os softwares existentes no SPB, a organização de eventos de divulgação de Software Livre no Brasil e exterior e a divulgação de projetos executados na universidade no portal. Além disso, os softwares públicos serão utilizados em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os alunos e servidores da UNIVASF participarão dos projetos mantidos pelo sítio. [PROCESSO]

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. [INSTITUIÇÃO]

CRC: Centros de Recondicionamento de Computadores, são parte do projeto Computadores para Inclusão, que promove a formação de jovens de baixa renda. A capacitação é feita por meio de oficinas, cursos e outras atividades oferecidas pelos CRCs. Os computadores recuperados são doados. Desde 2006, quando o projeto foi criado, 7.500 jovens já foram capacitados e 18 mil máquinas já foram recuperadas. Tem projeto como capacitação de jovens para o mercado de trabalho e o recondicionamento de computadores, bem como a viabilização de equipamentos de informática em condições de uso para telecentros, bibliotecas e escolas públicas. [PROJETO E PROGRAMA]

CSJT: Conselho Superior da Justiça do Trabalho. [INSTITUIÇÃO]

CTIC: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação. O CTIC foi instituído para dar suporte administrativo e técnico ao Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (ProTIC). Criado pelo Decreto n.º 6.868, de 4 de junho de 2009, o ProTIC visa incentivar, apoiar, coordenar e avaliar atividades e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações na área de tecnologias digitais de informação e comunicação, em particular na promoção do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T. Também tem como objetivo incentivar ações voltadas para a formação de recursos humanos, bem como promover eventos técnico-científicos e

programas de cooperações internacionais relacionados a esse tema. [INSTITUIÇÃO]

CT-spam: A Comissão de Trabalho *Anti Spam*, criada em novembro de 2004, tem como objetivo propor e coordenar uma iniciativa nacional contra o abuso no envio de e-mails não solicitados, articulando um conjunto de ações que possa mobilizar os diversos atores relevantes envolvidos no tratamento desse problema. [INSTITUIÇÃO]

Cultura Digital: A rede social CulturaDigital.Br é uma plataforma que agrega conteúdos diversos sobre o tema espalhados pela internet na aba “Na Web”, transformando a rede em um dos maiores agregadores de conteúdo sobre cultura digital na internet brasileira. O Projeto do Ministério da Cultura em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o CulturaDigital.Br teve a sua reformulação patrocinada pela Petrobras, como parte do Programa Petrobras Cultural (PPC) e foi um dos contemplados na categoria “cultura digital” da seleção pública. [APLICATIVO]

Dados Abertos Governamentais: Os Dados Abertos Governamentais são uma metodologia para a publicação de dados do governo em formatos reutilizáveis, visando o aumento da transparência e maior participação política por parte do cidadão, além de gerar diversas aplicações desenvolvidas colaborativamente pela sociedade. [APLICATIVO]

Dados Abertos: Os dados são abertos quando podem ser tratados e trabalhados por pessoas e máquinas. Qualquer cidadão pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria. [MATERIAL]

Dados Pessoais: Quando o site Governo Eletrônico requerer o cadastro do usuário este se compromete em passar informações pessoais verdadeiras e completas e em mantê-las atualizadas. Essas informações são chamadas de dados pessoais. Caso o Governo Eletrônico suspeitar, com fundamentos, que as informações passadas são falsas, tem o total direito de suspender o acesso do usuário, e, inclusive recusar futuro cadastramento. Todas as informações cadastradas no site são mantidas em sigilo nos bancos de dados do Governo Eletrônico. Somente funcionário autorizado tem acesso às informações pessoais deixadas pelo usuário. O Governo Eletrônico só utilizará os dados pessoais do usuário, por força da lei, quando intimado a fornecer informações pessoais dos usuários para autoridades governamentais competentes. [MATERIAL]

Dados.gov: Portal Brasileiro de Dados Abertos é a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas. O portal preza pela simplicidade e organização para que você possa encontrar facilmente os dados e informações que precisa. O portal também tem o objetivo de promover a interlocução entre atores da sociedade e com o governo para pensar a melhor utilização dos dados em prol de uma sociedade melhor. [APLICATIVO]

Dataprev: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) é uma empresa pública brasileira, vinculada ao Ministério da Previdência Social. É responsável pela gestão da Base de Dados Sociais Brasileira, especialmente a do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Sua administração central está localizada

no Distrito Federal e possui unidades em todos os estados da federação. Ainda possui três centros de processamento de dados nas cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro e administra uma rede com mais de 1300 pontos no território brasileiro. A empresa hospeda o maior banco de dados da América Latina e Adicionalmente a empresa dispõe de cinco unidades de desenvolvimento de software. [INSTITUIÇÃO]

DECODERS-RS: Competição entre times pelo melhor aplicativo para disponibilização de serviços públicos aos cidadãos. Os aplicativos foram desenvolvidos a partir dos dados abertos disponíveis no catálogo do portal de Acesso a Informação do Estado. O concurso foi realizado pelo Governo do Estado, através da Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência da Casa Civil, da Secretaria Geral de Governo e da Procergs, em parceria com o W3C Brasil. [EVENTO]

Decom Digital: É um sistema desenvolvido com o objetivo de conferir acesso remoto aos processos de investigação conduzidos pelo Departamento de Defesa Comercial Digital. [APLICATIVO]

DEGDI/STI: Departamento de Governo Digital da Secretaria de Tecnologia da Informação (DEGDI/STI). [INSTITUIÇÃO]

DEGSI/MP: Departamento de Gestão de Governança e Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. [INSTITUIÇÃO]

DEGSI/SLTI: Departamento de Governança e Sistemas de Informação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. [INSTITUIÇÃO]

Desburocratização: Processos que implementam medidas de fortalecimento na gestão interna do governo, a fim de oferecerem serviços de melhor qualidade aos cidadãos. Dando base à evolução de métodos e boas práticas rumo à eficiência dos negócios, melhoria da transparência e da oferta de serviços públicos. [PROCESSO]

Desenvolvimento de Software: Modelo que garantirá uma maior agilidade no desenvolvimento de softwares. Este guia tem a intenção de apoiar os órgãos da Administração Pública Federal (APF) no desenvolvimento de softwares de forma ágil e prática, servindo como referência para aqueles que estão utilizando ou pretendem aplicar metodologia ágil como prática. [PROCESSO]

Desep: Desenvolvimento Econômico e Produtivo. [INSTITUIÇÃO]

DETRV: Departamento de Transferências Voluntárias. [INSTITUIÇÃO]

DGE/SLTI: Departamento de Governo Eletrônico e Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. [INSTITUIÇÃO]

DGSI Departamento de Governança e Sistemas de Informação. [INSTITUIÇÃO]

DGSI/SLTI: Departamento de Governança e Sistemas de Informação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. [INSTITUIÇÃO]

DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral. [INSTITUIÇÃO]

Domínios: Domínio é um nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores na Internet. O nome de domínio foi concebido com o objetivo de facilitar a memorização dos endereços de computadores na Internet, é a partir dele que os sítios são acessados. “O Comitê Gestor de Internet - CGI definiu para os órgãos

governamentais duas extensões: “.gov”, para entidades civis, e “.mil” para organizações militares. Os sítios oficiais da Administração Pública Federal - APF são registrados em domínios raiz específicos, o que aumenta sua segurança e confiabilidade. [PROCESSO]

DOU: O Diário Oficial da União é um dos veículos de comunicação pelo qual a Imprensa Nacional tem de tornar público todo e qualquer assunto acerca do âmbito federal. [SERVIÇO]

DPI: Diretoria de Projetos Internacionais. [INSTITUIÇÃO]

EaD: Educação a Distância [PROCESSO]

EGD: (Estratégia de Governança Digital.) Governança Digital é a utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz. [SERVIÇO]

EGL: Estratégia Geral de Logística, vem para orientar, simplificar e agilizar o trabalho na gestão pública. [SERVIÇO]

e-Gov: Programa de Governo Eletrônico ver também Governo eletrônico. [PROJETO E PROGRAMA]

EGTI: Estratégia Geral de Tecnologia da Informação. [SERVIÇO]

EGTIC: Estratégia Geral de TIC, A EGTIC estabeleceu sete objetivos estratégicos distribuídos em cinco perspectivas: Sociedade; Governo Federal; Processos Internos; Pessoas, Aprendizado e Crescimento e Financeiro. [SERVIÇO]

Eletrobras: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. é uma sociedade de economia mista e de capital aberto sob controle acionário do Governo Federal brasileiro e atua como uma holding. [INSTITUIÇÃO]

eMAG: O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação. Foi formulado para orientar profissionais que tenham contato com publicação de informações ou serviços na Internet a desenvolver, alterar e/ou adequar páginas, sítios e portais, tornando-os acessíveis ao maior número de pessoas possível. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Embratur: Instituto Brasileiro de Turismo. [INSTITUIÇÃO]

Empresa Pública: Empresa pública é a pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado. A finalidade pode ser de atividade econômica ou de prestação de serviços públicos. [INSTITUIÇÃO]

ENAP: Escola Nacional de Administração Pública, portal enap é o ambiente onde o aluno acessa as informações sobre os cursos disponíveis e calendário de ofertas, cria seu cadastro e se inscreve nos cursos e eventos à distância. [INSTITUIÇÃO]

ENCCLA: Iniciativa faz parte da Ação 2/2016 da Estratégia Nacional de Combate à

Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Instituída em 2003, a ENCCLA é formada por mais de 60 órgãos, dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A Ação 2 da ENCCLA promove a participação social por meio de instrumentos de transparência ativa de monitoramento das formas de transferência de recursos federais. [PROJETO E PROGRAMA]

ENCE: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, fundada em 6 de março de 1953, é uma instituição federal de ensino superior dedicada ao ensino de estatística, sendo vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [INSTITUIÇÃO]

ENEM: Exame Nacional de Ensino Médio. com portal e app disponível. [EVENTO]

Engenharia de Redes: Um tipo de Ferramenta que disponibiliza Centenas de sistemas autônomos conectados ao IX.br (Brasil Internet Exchange) de São Paulo poder utilizar, a “Communities BGP” (*Border Gateway Protocol*) para configurar e ajustar a troca de tráfego com outros participantes. [APLICATIVO]

e-Participação: Denominada Participação Eletrônica promove a participação dos cidadãos e é a base para uma governança socialmente inclusiva. O objetivo das iniciativas de e-participação deve ser melhorar o acesso do cidadão à informação e aos serviços públicos; e promover a participação no processo de tomada de decisão pública que impacta o bem-estar da sociedade, em geral, e do indivíduo, em particular. [PROCESSO]

ePING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no governo federal, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

e-PWG: Os Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG) são recomendações de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas com o objetivo de aprimorar a comunicação e o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo Federal. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

ESAF: Escola de Administração Fazendária, reabriu as inscrições para o preenchimento de vagas remanescentes para o curso de especialização em Governo Eletrônico. [INSTITUIÇÃO]

Escola Virtual: O termo Escolas virtuais descreve instituições que ensinam cursos inteira ou primariamente mediante métodos online. [INSTITUIÇÃO]

e-SIC: Sistema e-SIC Livre. O software foi desenvolvido em plataforma livre para web com objetivo de tornar as informações de governo mais transparentes, em cumprimento a Lei de Acesso a Informação (LAI - Lei nº 12.527). Com o novo software público, o cidadão ou instituição solicita essas informações e acompanha o retorno do órgão pela internet. [APLICATIVO]

Estratégia de Governança Digital: Serviço de estratégia no âmbito da Governança Digital é a utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação

com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz. [SERVIÇO]

Estratégia Digital Brasileira: Serviço que envolvem a informatização da produção, da comercialização e do consumo de bens e serviços a partir do ambiente digital. [SERVIÇO]

Expo TIC: Feira de negócios direcionada para executivos, gerentes, supervisores e profissionais de Tecnologia da Informação e Comunicações, quando serão apresentadas e debatidas inovações e soluções tecnológicas de ponta. [EVENTO]

FACIN: O Framework de Arquitetura Corporativa para Interoperabilidade no Apoio à Governança (FACIN) tem por objetivo construir uma visão consistente dos modelos de representação das capacidades de cada organização governamental. Por meio do estabelecimento da Arquitetura Corporativa e de padrões de interoperabilidade, o FACIN apoiará a Estratégia de Governança Digital Brasileira (EGD), ampliando a colaboração entre as organizações do Governo Federal e melhorando a eficiência dos serviços de governo eletrônico para a sociedade (cidadãos, governos, organizações e empresas). Como padrão, incorporado à Arquitetura ePING de Interoperabilidade, o FACIN atuará como uma referência para os diversos órgãos da Administração Pública Federal (APF). o FACIN define uma estrutura de elementos relacionados que descrevem modelos genéricos para representação das organizações da administração pública. Por meio do uso desses elementos, é explicitada a forma de integração entre as organizações para o atendimento aos objetivos, definidos em seus respectivos planos estratégicos, que suportem os objetivos definidos na Estratégia de Governança Digital (EGD). Esta arquitetura, ao fomentar o alinhamento intra e interorganizacional, também propiciará uma base para a evolução contínua de métodos, processos, e boas práticas para maior eficiência dos negócios da administração pública, elevação da transparência e melhor oferta de serviços públicos. [APLICATIVO]

FAP: Fundação de Amparo à Pesquisa, tendem a apoiar projetos de qualidade que possam dar suporte às diversas iniciativas de inclusão digital dos governos Federal, estaduais e municipais, inclusive o programa Cidades Digitais. [INSTITUIÇÃO]

Fapesp: Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito. ver também FAP. [INSTITUIÇÃO]

Feira ONG Brasil 2012: ONG Brasil é um evento sem fins lucrativos, que tem por objetivo integrar os diferentes setores da sociedade, criando um ambiente de oportunidades, troca de informação e profissionalização. o evento é internacionalmente reconhecido como a maior e mais completa vitrine brasileira do Terceiro Setor, de responsabilidade social empresarial e de políticas públicas. [EVENTO]

FINEP: Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. [INSTITUIÇÃO]

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição de pesquisa e desenvolvimento em

ciências biológicas localizada no Rio de Janeiro, Brasil, considerada uma das principais instituições mundiais de pesquisa em saúde pública. [INSTITUIÇÃO]

FIRST: Fórum de Resposta a Incidentes e Equipes de Segurança (FIRST), organização reconhecida como líder global na resposta a incidentes. [EVENTO]

FISL: Fórum Internacional Software Livre. [EVENTO]

FISTEL: O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) é um fundo contábil, formado pela arrecadação da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) e da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), cobradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). [INSTITUIÇÃO]

FLISOL: O Festival Latino Americano de Instalação de Software Livre - FLISoL é um evento internacional, realizado anualmente, e que ocorre de forma simultânea em diversas cidades da América Latina. [EVENTO]

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [INSTITUIÇÃO]

FNG: Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público. [EVENTO]

FNP: Frente Nacional de Prefeitos. [INSTITUIÇÃO]

Fomenta Nacional: Evento relacionado com compras governamentais, educação para ética, sustentabilidade, desenvolvimento local e inclusivo, bem como oportunidades de negócios. A expectativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), organizador do evento, é ter mais de 2 mil pessoas participando de alguma das atividades da programação. O público alvo do evento é formado por empresários, agentes públicos e agricultores familiares interessados em vender para o poder público. São pessoas vindas de todo o país em busca de conhecimento sobre a legislação e com objetivo de aprender como se elabora e participa de uma concorrência pública. [EVENTO]

Forplad: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior. [EVENTO]

Fórum da Internet: Fórum da Internet no Brasil com o objetivo de reunir participantes dos setores governamentais, empresariais, acadêmicos, das organizações da sociedade civil, técnicos, estudantes e todos os interessados e envolvidos nos debates e temas a respeito da Internet no Brasil e no mundo. O Fórum é, portanto, um espaço aberto e um convite para debatermos os desafios atuais e futuros da Internet. [EVENTO]

Fórum RNP: Fórum da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que participou da ampliação da estratégia de divulgação de dados abertos. [EVENTO]

Fórum SPOA: Fórum das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração do Governo Federal (SPOAs). Reunidos no Fórum SPOA, para mostrar a iniciativa do Ministério do Planejamento para otimizar a governança do sistema da proposta de estruturação do Sistema de Serviços Gerais. [EVENTO]

Framework: Um framework em desenvolvimento de software, é uma abstração que une códigos comuns entre vários projetos de software provendo uma funcionalidade genérica. [APLICATIVO]

FUB: Fundação Universidade de Brasília. [INSTITUIÇÃO]

G2B: Governo-para-Negócio envolve transações específicas de negócios (por exemplo, pagamento venda e compra de bens e serviços), bem como prestação de serviços on-line focados para empresas. [PROCESSO]

G2C: Governo-para-Cidadão (G2C) - envolve iniciativas destinadas a facilitar a interação das pessoas com o governo enquanto consumidores de serviços públicos e como cidadãos. Isso inclui interações relacionadas com a prestação de serviços públicos, bem como a participação no processo de consulta e tomada de decisões. [PROCESSO]

G2G: Governo-para-Governo envolve o compartilhamento de dados e a realização de intercâmbios eletrônicos entre atores governamentais. Trata-se de ambos os intercâmbios intra e inter-agências a nível nacional, bem como o intercâmbio entre os níveis nacional, estadual e municipal. [PROCESSO]

Gastos Públicos: Processo realizado pelos entes públicos e servidores, com as informações sendo incluídas diretamente no Portal da Transparência das despesas dos serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital). As despesas públicas devem ser autorizadas pelo Poder Legislativo, por meio do ato administrativo chamado orçamento públicas. Exceção diz respeito às despesas extra orçamentárias. [PROCESSO]

GDF: Governo do Distrito Federal. [INSTITUIÇÃO]

Georreferenciamento: Disponibilização, compartilhamento e acesso a dados e informações geoespaciais, bem como aos serviços relacionados. [PROCESSO]

GEPnet: É um software de apoio aos processos de gerência de projetos. [APLICATIVO]

GesPública: O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. – GESPÚBLICA é um programa do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, que tem por objetivo estimular e apoiar os órgãos e entidades públicos a implementarem medidas de fortalecimento em sua gestão interna, a fim de oferecerem serviços de melhor qualidade aos cidadãos. [PROJETO E PROGRAMA]

Gestão Pública: Define como o poder de gestão do Estado, no qual inclui o poder de legislar e tributar, fiscalizar e regulamentar, através de seus órgãos e outras instituições; visando sempre um serviço público efetivo. [PROCESSO]

GGAS: Sistema de Gestão Comercial de Gás Natural (GGAS) é software hospedado no Portal de Software Público que possibilita a gestão dos cadastros, da medição, dos contratos, do faturamento (incluindo emissão das Notas Fiscais). A solução viabiliza ainda a cobrança, a arrecadação além de disponibilizar dados para a integração com sistemas da área contábil, financeira, operacional e gerencial. [APLICATIVO]

GOG: O Gestão de Ouvidoria Governamental (GOG) é um software livre desenvolvido sob a gestão da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Cultura – CGTI/MinC, e tem o objetivo atender necessidades e requisitos definidos pela Ouvidoria. [APLICATIVO]

gov.br: Portal que está sendo adaptado para o conteúdo da Estratégia do Governança

Digital, contribuindo para a promoção do acesso às informações, a melhoria dos serviços públicos digitais e a ampliação da participação social. [APLICATIVO]

GovData: Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal (GovData) tem o objetivo de simplificar o acesso, compartilhamento e avaliação de gestores públicos a diferentes dados governamentais. A nova plataforma é uma das ações resultantes do Decreto nº 8.789, que dispõe sobre o compartilhamento de bases de dados na administração pública federal. É possível ter acesso a diferentes bases de dados, infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) e também às ferramentas necessárias para realizar o cruzamento de informações. Tudo isto em uma única plataforma. A solução possibilita auxiliar o monitoramento e desenvolvimento de políticas públicas, permite o reuso das informações, racionalizar o gasto público e amplia a oferta de serviços públicos digitais. [APLICATIVO]

Governança Digital: utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão. [PROCESSO]

Governança em TI: A Governança em Tecnologia da Informação é o conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à alta administração e aos executivos o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação. O propósito é assegurar, a um nível aceitável de risco, eficiente utilização de recursos, apoio aos processos da organização e alinhamento estratégico com objetivos desta última. Seu objetivo é garantir que o uso da TI agregue valor ao negócio da organização. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Governança de Internet: Modelo estruturado em torno do CGI.br, um modelo pioneiro no mundo e que vem evoluindo continuamente em termos institucionais desde a sua criação em 1995. Os princípios que pautam essa evolução tornaram-se, ao longo dos anos, uma das principais referências para a governança da Internet no mundo inteiro. Contando com a participação do Governo e de diferentes segmentos da sociedade, as decisões e atividades do CGI.br contribuíram para a expansão e uso da Internet no Brasil através, entre outros exemplos, da implantação do IPv6 e dos Pontos de Troca de Tráfego no país, gerência da porta 25 e combate ao spam, desenvolvimento e adoção de padrões para a Web por uma perspectiva nacional, realização de pesquisas de referência internacional sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), realização dos Fóruns da Internet desde 2011 etc. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Governo Aberto: Conjunto de práticas em torno de quatro princípios: 1) transparência, acesso à informação e abertura de bases de dados; 2) participação da sociedade nas discussões e nas decisões públicas; 3) prestação de contas de forma objetiva, clara e frequente sobre o que faz ou deixa de fazer; e 4) uso de tecnologias de informação e de comunicação para interagir com seus cidadãos e cidadãs. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Governo Digital: Projeto do governo e administração pública como prestador de serviços e informações no ambiente digital. [PROJETO E PROGRAMA]

Governo Eletrônico: Programa de Governo Eletrônico brasileiro para a transformação das relações do Governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio governo de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados; promover a interação com empresas e indústrias; e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso a informação e a uma administração mais eficiente. [PROJETO E PROGRAMA]

GRU: Guia de Recolhimento da União. [MATERIAL]

GT: Grupo de Trabalho temático da sociedade civil para assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto. O GT, criado por meio da Resolução Nº 1, de 18 de novembro de 2014 do GE-CIGA, terá como uma de suas competências a de oferecer instrumentos para os processos de consulta visando à elaboração, gestão e monitoramento do 3º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. O GT é formado exclusivamente por entidades civis, distribuídas da seguinte maneira: quatro vagas para distintas entidades da sociedade civil; uma vaga para entidade representativa dos empregadores; uma vaga para entidade representativa dos trabalhadores; e uma vaga para entidade pertencente ao segmento acadêmico. [INSTITUIÇÃO]

GTTI: Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação com finalidade de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação, através do Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000. [INSTITUIÇÃO]

Guia de Serviços: Ambiente virtual centralizado de informações sobre serviços públicos, onde os cidadãos e as empresas podem buscar as informações necessárias para a realização de qualquer serviço. [APLICATIVO]

HTML5: Um tipo de padrão que define o HTML. O termo representa dois conceitos diferentes: É uma nova versão da linguagem HTML, com novos elementos, atributos e comportamentos. e um conjunto maior de tecnologias que permite o desenvolvimento de aplicações e websites mais diversos e poderosos. [APLICATIVO]

IBAP: Instituto Brasileiro de Administração Pública. [INSTITUIÇÃO]

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente. [INSTITUIÇÃO]

Identidade Digital: É formada pelos padrões do governo eletrônico. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

IDPF: *International Digital Publishing Forum*, *World Wide Consortium (W3C)* e o *International Digital Publishing Forum (IDPF)* realizaram a fusão de suas organizações. O W3C é uma organização internacional de padrões que desenvolve os pilares de tecnologias Web tais como HTML, CSS, SVG, XML e WCAG. O IDPF desenvolveu o padrão EPUB, utilizado globalmente em *e-books* acessíveis e em publicações digitais. [INSTITUIÇÃO]

IES: Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional executar atividades ligadas à inovação tecnológica e à pesquisa científica e tecnológica. [INSTITUIÇÃO]

IF: Instituições Federais. [INSTITUIÇÃO]

Ifes: Instituições Federais de Educação Superior. [INSTITUIÇÃO]

Inclusão Digital: Comitê de inclusão digital foi instituído no âmbito da Presidência da República e tem competência para estabelecer as diretrizes gerais de gestão e aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa de Inclusão Digital, assim como acompanhar e monitorar a implementação e desempenho dos projetos do programa. [INSTITUIÇÃO]

Inclusão Social: Programa do Ministério da Ciência e Tecnologia que tinha como objetivo a inclusão digital com foco no social, proporcionando o desenvolvimento de competências nos municípios brasileiros, o acesso à tecnologia e o incentivo à pesquisa em ciência e tecnologia, permitindo o desenvolvimento local e social a partir da inclusão digital de uma forma completa e multidisciplinar, causando impacto nas realidades mais carentes e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. [PROJETO E PROGRAMA]

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. [INSTITUIÇÃO]

INDA: A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na ePING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos. [LEGISLAÇÃO E NORMAS]

INDE: Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE Portal com propósito de catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais existentes nas instituições do governo brasileiro, produtoras e mantenedoras desse tipo de dado, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente que tenha acesso à Internet. Os dados geoespaciais serão catalogados através dos seus respectivos metadados, publicados pelos produtores/mantenedores desses dados. A disponibilização de dados, metadados e informações geoespaciais (IG) através de serviços na Internet, denominados Geo Serviços Web, é viabilizada pela utilização de protocolos internacionais, públicos, que permitem o acesso à IG de forma simples, ágil, completa e integrada, sem necessidade de conhecimento especializado. O acesso aos Geo Serviços da INDE se realiza através deste portal, denominado SIG Brasil. [APLICATIVO]

Infovia: Infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer, aos órgãos do Governo Federal situados em Brasília, um conjunto de serviços e funcionalidades em ambiente seguro, de alto desempenho e de alta disponibilidade, proporcionando uma redução de custo de comunicação e um ambiente capaz de servir de suporte à implementação das políticas públicas de Governo. [MATERIAL]

INOVAps: O programa faz parte da Política Nacional de Conteúdos Digitais Criativos. O objetivo é potencializar a criação de novas empresas no ramo e fomentar a produção científica e tecnológica da área. Esta é a segunda edição da iniciativa, que no ano passado premiou 50 projetos de aplicativos. [PROJETO E PROGRAMA]

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é uma autarquia do Governo do Brasil vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social que recebe as contribuições para a manutenção do Regime Geral da previdência social, responsável pelo pagamento da aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente e outros benefícios para aqueles que adquirirem o direito a estes benefícios segundo o previsto pela lei. O INSS trabalha junto à Dataprev, empresa de tecnologia que faz o processamento de todos os dados da Previdência. [INSTITUIÇÃO]

INT_MCTI: Instituto Nacional de Tecnologia. [INSTITUIÇÃO]

Intercâmbio de dados: Ver compartilhamento de dados. [PROCESSO]

Internet das Coisas: Rede de objetos físicos, veículos, prédios e outros que possuem tecnologia embarcada, sensores e conexão com rede capaz de coletar e transmitir dados. [APLICATIVO]

Internet Segura: Dia Mundial da Internet Segura (*Safer Internet Day*, SID, na sigla em inglês), materiais educativos que ensinam de maneira didática como usar a Internet de forma segura, ética e responsável. São Guias individuais, dedicados a cada um desses públicos – desde a linguagem utilizada aos recursos pedagógicos e visuais adotados. [APLICATIVO]

Interoperabilidade: Processo de um sistema de se comunicar de forma transparente com outro sistema. Para um sistema ser considerado interoperável, é muito importante que ele trabalhe com padrões abertos ou ontologias. [PROCESSO]

IoT: A Internet das Coisas (do inglês, *Internet of Things*, IoT) , é uma rede de objetos físicos, veículos, prédios e outros que possuem tecnologia embarcada, sensores e conexão com rede capaz de coletar e transmitir dados. Ver INTERNET DAS COISAS. [APLICATIVO]

Iphan: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [INSTITUIÇÃO]

IPSO: Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos [INSTITUIÇÃO]

IPv4: Tipo de IP, que reservam 32 bits para endereçamento, o que possibilita gerar mais de 4 bilhões de endereços distintos. Inicialmente, estes endereços foram divididos em três classes de tamanhos fixos. [APLICATIVO]

IPv6: Nova versão do IP, que fosse baseada nos princípios que fizeram o sucesso do IPv4, porém, que fosse capaz de suprir as falhas apresentadas por ele. Deste modo, em dezembro de 1993 a IETF formalizou, através da RFC 1550, as pesquisas a respeito da nova versão do protocolo IP, solicitando o envio de projetos e propostas para o novo protocolo. [APLICATIVO]

ITI: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. [INSTITUIÇÃO]

IX.br: Projeto do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIbr) que promove e cria a infraestrutura necessária (Ponto de Intercâmbio de Internet - IXP) para a interconexão direta entre as redes (*Autonomous Systems* - ASs) que compõem a Internet Brasileira. A atuação do IX.br volta-se às regiões metropolitanas no País que apresentam grande interesse de troca de tráfego Internet. Uma das principais vantagens deste modelo, é a racionalização dos custos, uma vez que os balanços de tráfego são resolvidos direta e

localmente e não através de redes de terceiros, muitas vezes fisicamente distantes. Outra grande vantagem é o maior controle que uma rede pode ter com relação a entrega de seu tráfego o mais próximo possível do seu destino, o que em geral resulta em melhor desempenho e qualidade para seus clientes e operação mais eficiente da Internet como um todo. Um IX.br é, assim, uma interligação em área metropolitana de pontos de interconexão de redes (PIXes), comerciais e acadêmicos, sob uma gerência centralizada. [PROJETO E PROGRAMA]

Jogo da Acessibilidade Digital: Projeto com objetivo de ensinar os conceitos de acessibilidade digital de uma maneira simples e lúdica, com lições que vão desde o primeiro contato com o tema até os principais erros cometidos na construção de um portal. O jogo demonstra como convencer a chefia e as demais pessoas da equipe a aderir ao projeto e mostrando erros comuns, como os scripts funcionando apenas com o mouse e o layout em tabelas. No tabuleiro, uma casa denominada “Captcha” testa conhecimentos específicos e obriga o jogador a ficar nela até a solução do problema, assim como num captcha comum, que não é acessível para pessoas com deficiência visual. [PROJETO E PROGRAMA]

LACNIC: Registro de Endereçamento da Internet para a América Latina e o Caribe, é uma organização não governamental internacional estabelecida no Uruguai em 2002. Ela é responsável pela designação e administração dos recursos de numeração da Internet (IPv4, IPv6), Números Autônomos e Resolução Inversa, entre outros recursos para a região da América Latina e o Caribe. É um dos cinco Registros Regionais da Internet no mundo. LACNIC contribui para o desenvolvimento da Internet na região através de uma política ativa de cooperação, promovendo e defendendo os interesses da comunidade regional e colaborando na criação de condições para que a Internet seja um instrumento efetivo de inclusão social e desenvolvimento econômico para todos os países e cidadãos da América Latina e o Caribe. É administrado e dirigido por uma Diretoria de sete membros eleitos por seus associados, um conjunto de mais de 7000 organizações que operam as redes e prestam serviços em 33 territórios da América Latina e o Caribe. [INSTITUIÇÃO]

LAI: Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527/2011, também conhecida como LAI. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Latinoware: Congresso Latino-Americano de *Software* Livre e Tecnologias Abertas que debate e troca de conhecimento sobre a evolução das tecnologias abertas e as suas aplicações com um público diversificado: comunidade, usuários, desenvolvedores, estudantes, pesquisadores, representantes governamentais e da iniciativa privada. [EVENTO]

Lavid: Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID) está integrado ao Departamento de Informática (DI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente o LAVID é uma referência nacional e internacional em desenvolvimento de tecnologia para TV Digital. [INSTITUIÇÃO]

Licitação: Procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública

seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. [PROCESSO]

LPM: Licença Pública de Marca, objetiva garantir que qualquer pessoa e/ou empresa use este símbolo sem depender diretamente de autorização do dono do produto e da marca associada a ela, de forma livre a aberta. A LPM se baseia no conceito da propriedade comum (Commons), isto é, uma propriedade que contém elementos simultâneos do modelo público e privado. É baseada no direito romano *Res Communes* e protegida tanto pela sociedade como pelo Estado. A presente licença atende à legislação brasileira de marcas e patentes e tem seu escopo e adesão definida de acordo com as intenções do detentor de propriedade intelectual da marca, nos termos da legislação pertinente a Marcas e Patentes. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Marco Civil da Internet: MCI O Marco Civil da Internet, oficialmente chamado de Lei Nº 12.965/14, é a lei que regula o uso da Internet no Brasil por meio da previsão de princípios, garantias, direito e deveres para quem usa a rede, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

MC: Ministério das Comunicações. [INSTITUIÇÃO]

MCI: VER MARCO CIVIL DA INTERNET. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

MCidades: Ministério das Cidades é um ministério brasileiro criado em 1 de janeiro de 2003 com os objetivos de combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados. [INSTITUIÇÃO]

MCTI: Modelo de Contratação de Soluções de TI. [PROCESSO]

MCTIC: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. [INSTITUIÇÃO]

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário. [INSTITUIÇÃO]

MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. [INSTITUIÇÃO]

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. [INSTITUIÇÃO]

MEC: Ministério da Educação. [INSTITUIÇÃO]

MEI: Microempreendedores Individuais. [INSTITUIÇÃO]

MGD: Modelo Global de Dados é uma plataforma da e-PING para interoperabilidade no Governo. [APLICATIVO]

mGOV2: Projeto propõe o uso de serviços Web 2.0, bem como o desenvolvimento de *social web application* para redes sociais populares (Facebook®, Orkut®, Myspace® e Twitter®, entre outras), visando maior relacionamento entre o cidadão e seus representantes, a ponto de potencializar a participação do cidadão nos processos deliberativos e decisórios que interfiram diretamente no seu cotidiano, em especial os debates inerentes às reuniões para elaboração do orçamento público (Lei Orçamentária Anual), bem como o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do município. [PROJETO E PROGRAMA]

MiniCom: Minicom é um software livre ideal para configuração de equipamentos ativos de rede (switch e roteadores) via porta serial ou USB. [APLICATIVO]

MJ: Ministérios da Justiça. [INSTITUIÇÃO]

MMA: Ministério do Meio Ambiente. [INSTITUIÇÃO]

Mobile: Plataforma de desenvolvimento de aplicações móveis que podem ser definidas

como um ambiente digital que possua as ferramentas corretas para o desenvolvimento de apps focados em dispositivos mobile. Por meio delas, companhias podem atingir usuários de smartphones independentemente das suas preferências por celulares com iOS ou Android. [APLICATIVO]

Modelo Global de Dados: Tipo de Padrão de Governo para Integração de Dados e Processos, que tem por objetivo alinhar a visão de diversos públicos, como Gestores de Informações, de Sistemas e de Dados, Analistas de Informações Estratégicas e de Negócios, Administradores de Dados, Líderes de Projetos de Desenvolvimento e Administradores de Bancos de Dados, entre outros, tornando-os capazes de conhecer e aplicar os conhecimentos e a metodologia de Modelagem Essencial de Dados para atuação dentro do Modelo de Governança. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Modernização da Gestão: Sistema ofertado pelo Governo Federal às cidades beneficiárias do Programa Cidades Digitais, para reforçar a infraestrutura de modernização da gestão com aplicativos de governo eletrônico e capacitação para os servidores, além da rede de fibras ópticas para conectar órgãos públicos municipais. [APLICATIVO]

MP: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. [INSTITUIÇÃO]

MPE: Micro e pequenas empresas. [INSTITUIÇÃO]

MPS: Ministério da Previdência Social. [INSTITUIÇÃO]

MQP: Metodologia de Dimensionamento do Quadro de Pessoal, objetivo de auxiliar os órgãos e entidades do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP a dimensionar seus quadros de pessoal de TIC por meio de critérios objetivos. [PROCESSO]

MRE: Ministério das Relações Exteriores. [INSTITUIÇÃO]

MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, processo com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional da relação das OSC com o Estado. Aprovado em 2014, o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil é fruto de um esforço conjunto do governo federal (por meio da Secretaria de Governo e da extinta Secretaria-Geral) e da sociedade civil para modernizar as relações do poder público com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), agentes fundamentais para a execução de iniciativas de interesse público e para o aprofundamento da democracia. A Secretaria de Governo vem dialogando com a sociedade civil, órgãos da administração pública e especialistas para conscientizar os diversos atores envolvidos sobre as mudanças trazidas pela nova lei, que entra em vigor no dia 23 de janeiro de 2016. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

MS: Ministério da Saúde. [INSTITUIÇÃO]

MTPS: Ministério do Trabalho e Previdência Social. [INSTITUIÇÃO]

NCTI: Núcleo de Contratações de Tecnologia da Informação - NCTI foi criado pela Resolução/SLTI-MP nº 3, de 11.03.2010, publicada no DOU de 12/03/2010, e é ligado à Comissão de Coordenação do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Governo Federal - SISP. O núcleo possui um caráter de

assessoramento técnico e consultivo sendo composto por servidores de órgãos integrantes do SISP. Sua missão é apoiar as contratações de Tecnologia da Informação do Governo Federal, normatizando e divulgando boas práticas sobre as atividades relativas ao tema e fornecendo suporte aos órgãos integrantes do SISP. [INSTITUIÇÃO]

NIC.br: Portal do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR — NIC.br (<http://www.nic.br/>) é uma entidade civil, de direito privado e sem fins de lucro, que além de implementar as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil, tem entre suas atribuições: coordenar o registro de nomes de domínio — Registro.br (<http://www.registro.br/>), estudar, responder e tratar incidentes de segurança no Brasil — CERT.br (<http://www.cert.br/>), estudar e pesquisar tecnologias de redes e operações — Ceptro.br (<http://www.ceptro.br/>), produzir indicadores sobre as tecnologias da informação e da comunicação — Cetic.br (<http://www.cetic.br/>), fomentar e impulsionar a evolução da Web no Brasil — Ceweb.br (<http://www.ceweb.br/>) e abrigar o escritório do W3C no Brasil (<http://www.w3c.br/>). [APLICATIVO]

NSA: Agência de Segurança Nacional. [INSTITUIÇÃO]

NTAAI: Núcleo de Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inovação. [INSTITUIÇÃO]

NUP: Número Único de Protocolo. [MATERIAL]

OBTV: VER Ordem Bancária de Transferência Voluntária. [MATERIAL]

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. É um órgão internacional e intergovernamental que reúne os países mais industrializados e também alguns emergentes como México, Chile e Turquia. Por meio da organização, os representantes se reúnem para trocar informações e alinhar políticas com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento dos países membros. [INSTITUIÇÃO]

OEA: Organização dos Estados Americanos (OEA) oferece o curso Introdução à formulação de estratégias de Governo Eletrônico (e-gov). [INSTITUIÇÃO]

OGP: *Open Government Partnership* é uma iniciativa internacional com o intuito de garantir maior acesso às informações públicas. Como resultado desta ação, espera-se aumentar a participação da sociedade, combater a corrupção e utilizar novas tecnologias para tornar os governos mais transparentes, eficazes e responsáveis. Até o momento, oito países integram a iniciativa de governo aberto e o Brasil, junto com os Estados Unidos, lidera este movimento. [PROJETO E PROGRAMA]

ONGs: Organizações não governamentais. [INSTITUIÇÃO]

ONU: Organização das Nações Unidas. [INSTITUIÇÃO]

Open data: Corresponde à ideia de que certos dados devem estar disponíveis para que todos usem e publiquem, sem restrições de direitos autorais e patentes ou outros mecanismos de controle. Ver também Dados abertos. [PROJETO E PROGRAMA]

Orçamento: **Orçamento:** Documento federal em formato aberto. O arquivo está no padrão RDF (*Resource Description Framework*), que facilita e permite pesquisas e análises dos dados de forma veloz e eficiente. [MATERIAL]

Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV): Pagamento da despesa do convênio, por exemplo, diretamente na conta corrente do beneficiário de forma virtual, o que garante a publicidade dos dados. A OBTV só é emitida se todas as etapas do convênio tiverem sido cumpridas pelas partes envolvidas no processo (concedentes convenientes e fornecedores). A OBTV permite a eliminação de controles manuais com a automação do processo e integração sistêmica entre as instituições financeiras e o SICONV, o que gera redução de custos e maior segurança na operação. [SERVIÇO]

OSC: Organizações da Sociedade Civil. [INSTITUIÇÃO]

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento, os projetos executivos para construção da rede de fibras óticas pelas empresas vencedoras da licitação. A portaria publicada no Diário Oficial e o manual com todas as informações para as cidades interessadas em participar do programa podem ser vistas no site do MiniCom. [PROJETO E PROGRAMA]

Padrões de Governo Digital: Conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam o uso da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) nos Serviços de Governo Eletrônico. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Padrões Web em Governo Eletrônico: Cartilhas com recomendações sobre usabilidade, redação, codificação, manutenção e arquitetura de informação e desenho que orientam o desenvolvimento de páginas, sítios e portais do Governo Federal, tornando mais fácil a navegação e a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Painel de preços: O painel pode ser acessado pelo endereço <http://paineldepocos.planejamento.gov.br> oferece um valioso instrumento de controle social, porque qualquer pessoa poderá ter acesso aos dados que são apresentados e comparar preços de compras de processos similares realizados por diferentes órgãos. organizadas de maneira clara, intuitiva e, além disso, foram aplicadas técnicas de análise de preços de itens iguais ou equivalentes ao que se deseja avaliar. É possível, por exemplo, refinar a busca por região do País, quantidade de itens e outras especificidades, tudo de maneira gráfica e visual. [APLICATIVO]

Participa.br: Ambiente virtual de participação social que utiliza a internet para o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil, com o objetivo de promover a interação, a divulgação de conteúdos relacionados às políticas públicas do governo federal, por meio do amplo acesso dos usuários a ferramentas de comunicação e interação, fóruns de debate, salas de bate papo, vídeos, mapas, trilhas de participação com diversos mecanismos de consulta, dentre outros. Endereço: <http://www.participa.br> Existente desde: 2014. [APLICATIVO]

Participação social: Participação social que utiliza a internet para o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil, com o objetivo de promover a interação, a divulgação de conteúdos relacionados às políticas públicas do governo federal. ver também Participa.br [APLICATIVO]

Passaporte: Documento de identidade emitido por um governo nacional que atesta

formalmente o portador como nacional de um Estado em particular e requisita permissão em nome do soberano ou do governo emissor para o detentor poder cruzar a fronteira de um país estrangeiro. [MATERIAL]

PAV: Projeto de Acessibilidade Virtual. [PROJETO E PROGRAMA]

PDA: VER TAMBÉM Plano de Dados Abertos. [PROJETO E PROGRAMA]

PDL: Planos Diretores de Logística. [PROJETO E PROGRAMA]

PDTI: Curso de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). A capacitação é uma parceria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Fornecerá um documento fundamental para a gestão da tecnologia. Esta capacitação auxiliará o dia a dia de trabalho tanto do gestor quanto do servidor público. [SERVIÇO]

PDTIC: Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC) é um plano com conteúdo e qualidade mínimos para aprimorar a gestão da TIC nos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). [PROJETO E PROGRAMA]

PEN: Processo Eletrônico Nacional [PROCESSO]

Pesquisa TIC Kids Online: Conduzida em 25 países da Europa em 2010, a pesquisa visa levantar dados sobre as oportunidades online e o uso seguro da Internet. A pesquisa é resultado de um acordo entre o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) e a *London School of Economics* (LSE) para trazer para o Brasil a metodologia utilizada na pesquisa europeia EU Kids Online. [SERVIÇO]

PF: Polícia Federal [INSTITUIÇÃO]

Planalto.gov.br: Portal do planalto. Serve à sociedade como fonte de informações sobre a condução do Governo Federal. É possível acompanhar notícias, obter discursos, ler artigos e interagir com a Presidência. Além disso, o Portal fornece informações sobre os palácios oficiais e símbolos nacionais do País. [APLICATIVO]

Plano de Dados Abertos: Plano para orientar as ações e políticas de dados abertos, orientar o processo interno de disponibilização de dados abertos por qualquer organização, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão disponibiliza material de apoio, entre eles, o Plano de dados abertos (PDA). [PROJETO E PROGRAMA]

Plano de Logística Sustentável: Plano de Logística Sustentável devem programar práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos. Além das compras sustentáveis, os planos devem compreender também temas como qualidade de vida no trabalho e coleta seletiva. Ver também PLS. [PROJETO E PROGRAMA]

Plataforma de Cidadania Digital: Plataforma de canal único e integrado desenvolvido pelo governo federal para que cidadãos e empresários acessem serviços público pelo meio digital. O primeiro passo para a implementação desta plataforma é conhecer quais são os serviços públicos de atendimento prestados pela Administração Pública Federal. [APLICATIVO]

Plone: A comunidade PloneGov-BR foi criada com o intuito de estabelecer um canal de colaboração entre as instituições do governo que fazem uso, desenvolvem e incentivam as tecnologias em *Software Livre Python* e Plone. Identificação: plonegov-br. Sobre o Plone - sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS, de *Content Management System*) escrito na linguagem *Python* e que roda sobre um Servidor de Aplicações Zope e sobre o framework CMF (*Content Management Framework*). O sistema pode ser usado para a construção de portais de informação em intranets, extranets e na Internet, para construir sistemas de publicação de documentos ou até como ferramenta para trabalho colaborativo. O Plone roda em praticamente qualquer plataforma. [APLICATIVO]

PLS: Plano de Logística Sustentável, devem implementar práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos. Além das compras sustentáveis, os planos devem compreender também temas como qualidade de vida no trabalho e coleta seletiva. Ver também plano de logística sustentável. [PROJETO E PROGRAMA]

PNBL: Plano Nacional de Banda Larga. [PROJETO E PROGRAMA]

PNDProc: Plano Nacional de Desmaterialização de Processos, prevê a utilização da documentação eletrônica em todos os trâmites de processos. [PROCESSO]

Pnuma: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável. Para isso, trabalha com grande número de parceiros, incluindo outras entidades das ONU, organizações internacionais, organizações ligadas aos governos nacionais e organizações não governamentais. [PROJETO E PROGRAMA]

Políticas Públicas: Conjuntos de processos, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. [LEGISLAÇÃO E NORMAS]

Pontos de função: Processo técnico para medir projetos de desenvolvimento de software. [PROCESSO]

Portais de Governo: Conjunto de portais do Governo Federal Brasileiro. [APLICATIVO]

Portal Brasil: Portal Brasil pretende ser a porta de entrada da relação do cidadão com o governo federal, reunindo num único local, informação, serviço, prestação de contas e participação social. É a principal fonte de informação pública na internet. Ele irá agregar, em tempo real, todas as notícias divulgadas pelas assessorias de comunicação dos ministérios. Contará, ainda, com conteúdos da TV NBR, com destaque para as transmissões ao vivo. [APLICATIVO]

Portal da pessoa com deficiência: página eletrônica será uma referência para os órgãos governamentais por dispor de conteúdos acessíveis, tais como descrição de imagens, PDF texto e marcações semânticas, indicando a linguagem do documento, os cabeçalhos, as listas, as tabelas, etc. Com isso, pessoas com deficiência visual ou

baixa visão terão acesso às informações por meio de programas leitores de tela, os quais permitem ouvir o que está sendo mostrado. [APLICATIVO]

Portal da transparência: Portal com iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. [APLICATIVO]

Portal de Compras Governamentais: Apresentar a publicação de conteúdos relacionados ao processo de compras públicas governamentais. De forma interativa e dinâmica, padroniza o canal de comunicação entre a administração pública, os fornecedores e a sociedade, além de realizar a gestão do conhecimento e da comunicação. [APLICATIVO]

Portal de Dados Abertos: O Portal Brasileiro de Dados Abertos, dados.gov.br tem o objetivo de ser o ponto central para a busca, o acesso e uso dos dados abertos governamentais. O portal preza pela simplicidade e organização para que o cidadão possa encontrar facilmente os dados e informações que precisa. O portal também tem o objetivo de promover a interlocução entre atores da sociedade e o governo para pensar a melhor utilização dos dados em prol de uma sociedade melhor. [APLICATIVO]

Portal de Serviços: O Portal de Serviços do Governo Federal é um ambiente centralizador de informações sobre documentos e serviços eletrônicos disponibilizados pelo governo federal com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços, estimular a participação e o controle da sociedade e promover a melhoria da qualidade do atendimento prestado. [APLICATIVO]

Portal do Governo aberto: Tipo de portal, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU), visa ser um canal central eletrônico próprio da OGP no país. Um dos objetivos da criação desse novo espaço – fruto de compromisso assumido pelo governo brasileiro no segundo Plano de Ação Nacional – é ampliar o diálogo entre o governo e a sociedade civil. Nele, podem ser encontradas informações em português sobre a Parceria, que antes só estavam disponíveis em inglês. O site também inova ao trazer dados específicos sobre a atuação do país na OGP. [APLICATIVO]

Portal do servidor: principal canal de informação de interesse do servidor. Ele terá informações da carreira, dos concursos e notícias que ressaltam o papel dos servidores como protagonistas das políticas públicas. [APLICATIVO]

Portal SPB: Portal do Software Público Brasileiro. O Portal do Software Público Brasileiro foi criado em 12 de abril de 2007 e já conta com mais de 60 soluções voltadas para diversos setores. Os serviços disponíveis são acessados até por outros países, como Uruguai, Argentina, Portugal, Venezuela, Chile e Paraguai. O portal vem se consolidando como um ambiente de compartilhamento de software. Isso resulta em uma gestão de recursos e gastos de informática mais racionalizada, ampliação de parcerias e reforço da política de software livre no setor público. [APLICATIVO]

Portaria 58/2016: Tipo de portaria por atos administrativos, geralmente internos,

expedidos pelos chefes de órgãos. Decretado e regulamentado pela Portaria nº 58/2016, que o órgão interessado em acessar dados de outro órgão preenche uma Solicitação de Acesso a Bases de Dados e encaminha para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento – STI/MP. Esta negociará com o órgão responsável a Permissão de Acesso a Bases de Dados. Uma vez concedida, essa permissão tem validade permanente e não precisa ser renovada. Após a cessão da Permissão, são negociadas questões técnicas e de custeio. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

PPA: Proposta de Plano Plurianual. [PROJETO E PROGRAMA]

PPE: Programa de Proteção ao Emprego. [PROJETO E PROGRAMA]

Ppipe: Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas. [PROJETO E PROGRAMA]

Pregão Eletrônico: Pregão eletrônico é um processo da modalidade licitatória utilizada pelo governo brasileiro para contratar bens e serviços, independentemente do valor estimado. Foi criada através da lei federal 10.520/2002 (Lei do Pregão) e regulamentada na forma eletrônica pelo decreto 5.450/2005. A mesma lei também criou o chamado "pregão presencial", que obrigava os contendentes a comparecerem à negociação, lideradas por um pregoeiro devidamente designado pelo órgão da administração pública licitante. [APLICATIVO]

Prêmio Ação Coletiva: Projeto de ação para reconhecer a participação da comunidade no desenvolvimento e aprimoramento das soluções disponibilizadas no Portal do Software Público Brasileiro (SPB). [PROJETO E PROGRAMA]

Prêmio e-GOV: Prêmio e-Gov foi criado em 2002, pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação – ABEP e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. [PROJETO E PROGRAMA]

Preservação Digital: Processos responsáveis por garantir o acesso contínuo a longo-prazo à informação e a todo patrimônio cultural existente em formatos digitais. [PROCESSO]

PRF: Polícia Rodoviária Federal. [INSTITUIÇÃO]

PROATI: O Programa de Aperfeiçoamento Servidores de Tecnologia da Informação. [PROJETO E PROGRAMA]

Procergs: Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul. [INSTITUIÇÃO]

Processo Eletrônico Nacional: Projeto para construção de uma infraestrutura pública de Processo Administrativo Eletrônico, que permita a criação e o trâmite de documentos e processos eletrônicos. [PROJETO E PROGRAMA]

Prodepa: Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará. [INSTITUIÇÃO]

Protocolo Integrado: Processo de acompanhamento da tramitação de documentos e processos nos órgãos públicos que dará acesso mais fácil para os cidadãos, que poderão receber informações por meio de mensagens eletrônicas. [PROCESSO]

Protocolo: Processo de dar entrada, registrar e acompanhar a tramitação de

documentos e processos na seção de uma repartição pública. [PROCESSO]
PTT: Processo de ponto de troca de tráfego, para melhorar a qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do governo federal, o Ministério do Planejamento (MP), em parceria com o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), implantou um ponto de troca de tráfego (PTT) em Brasília. Este é o primeiro PTT em protocolo de internet IPV6 fora de São Paulo e possibilitou a criação dos pontos de interconexão (PIX) do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), das Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras) e também da GVT. [PROCESSO]

RDC: Ver Regime Diferenciado de Contratações Públicas. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Red GEALC: Portal da Red de Líderes de Gobierno Electrónico de América Latina y el Caribe (RED GEALC). A Rede de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe, a Rede GEALC, reúne as autoridades de governo eletrônico dos países da região. Esta composição transforma-o em um instrumento único para promover a cooperação horizontal, o apoio à elaboração de políticas de governo eletrônico centradas no cidadão, a capacitação de funcionários públicos, o conhecimento de aspectos-chave da construção de uma estratégia nacional para governo eletrônico e troca de soluções e especialistas entre os países da região. Dez anos após a sua criação, incorporou um componente de pesquisa que lhe permitiu gerar conhecimento baseado em pesquisas aplicadas para melhorar as condições de vida de seus cidadãos. O objetivo geral da Rede GEALC é o apoio às políticas governamentais eletrônicas que localizam o cidadão e, em particular, as populações mais vulneráveis do centro. [APLICATIVO]

Redes de Conhecimento: Processo de implantação, relevantes ao aprimoramento da governança digital na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fica disciplinado nos termos da Portaria Nº 290, de 29 de setembro de 2016. Arranjo social aberto que permita a interação entre pessoas, independentemente se estruturadas como comunidade de prática, mídia social, grupo de correio eletrônico ou forma diversa, que tenham como finalidades: I - gerar, compartilhar e disseminar conhecimento e experiências; II - formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais; III - discutir sobre os desafios enfrentados e as possibilidades de ação; e IV - prospectar novas tecnologias para facilitar a prestação de serviços públicos disponibilizados em meio digital, o fornecimento de informações e a participação social por meios digitais. [PROCESSO]

Redes Digitais da Cidadania: Programa que fornece formação no uso das tecnologias de informação e comunicação e a qualificação para o uso da internet em espaços públicos de acesso livre. Para isso, possui parcerias com uma rede nacional de instituições públicas de diversos estados. Criado em 2012, o programa selecionou Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) na Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraíba, Sergipe, Amazonas, Paraná e Acre. As FAPs dão suporte aos projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico em uma série de linhas temáticas como gestão pública,

microempresas, trabalhadores e cultura. [PROJETO E PROGRAMA]

Redes Sociais: Estrutura social virtual composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns. [APLICATIVO]

Regime Diferenciado de Contratações: Lei nº 12.462, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). O decreto traz regras e diretrizes para promover a competitividade e tratamento isonômico entre os licitantes, além da seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

Registro.br: Departamento do NIC.br responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínios que usam o br. Também executamos o serviço de distribuição de endereços IPv4 e IPv6 e de números de Sistemas Autônomos (ASN) no país. [INSTITUIÇÃO]

REPNBL: Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

RFB: Receita Federal do Brasil. [INSTITUIÇÃO]

RGA: Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo. [LEGISLAÇÃO E NORMA]

RioInfo: Encontro Nacional de Tecnologia e Negócios. Realizado na capital do Rio de Janeiro, o evento reúne empresários e profissionais de Tecnologia interessados nas novidades e oportunidades de negócio da área. O encontro atrai também acadêmicos dispostos a trocar experiências e debater o cenário do setor. [EVENTO]

RNP: Rede Nacional de Pesquisa e Ensino. [INSTITUIÇÃO]

Roteiro de Métricas de Software: Documento criado para apoiar a medição e contratação de projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas dos órgãos do governo federal. [MATERIAL]

SaferNet: Associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial, voltada à prevenção e ao combate a crimes contra os direitos humanos na Internet. [INSTITUIÇÃO]

SAGe: Sala de Apoio à Gestão Estratégica. [SERVIÇO]

SAGU: Tipo de software livre, chamado Sistema de Gestão Acadêmica Unificada. [APLICATIVO]

SBCS: Evento Simpósio Brasileiro de Ciência de Serviços. Promovido pela Universidade de Brasília (UnB), com o apoio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, o Simpósio será o ponto de partida para a consolidação de uma organização permanente capaz de promover a discussão sobre a Ciência de Serviços no Brasil. [EVENTO]

SBTVD: Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital. [EVENTO]

SCDP: Ver em Sistema de Concessão de Diárias e Passagens. [APLICATIVO]

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos

empreendimentos de micro e pequeno porte. [INSTITUIÇÃO]

SECOP: Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública. [EVENTO]

Segep: Secretaria de Gestão Pública. [INSTITUIÇÃO]

SEI: O Sistema Eletrônico de Informação é um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, oferecido como software voltado para a tramitação eletrônica de documentos. Seu uso torna o procedimento mais ágil e reduz os gastos com aquisição de resmas de papel e aluguel de impressoras. [APLICATIVO]

SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados. [INSTITUIÇÃO]

Serviço: Por meio do Portal Brasil, o cidadão terá acesso a 583 serviços públicos online, como emissão de um Darf ao pedido de passaporte, cálculo da Previdência e pedido de inscrição no FIES, dentre outros. [PRODUTO]

Serviços digitais: Serviços públicos oferecidos à sociedade sob o paradigma de governo digital utilizando ambiente digital. [SERVIÇO]

Serviços em Nuvem: Serviço com processo de armazenamento de dados na Internet (Nuvem), sem a utilização de servidores, provedores e equipamentos, é uma das principais soluções da atualidade para o compartilhamento de arquivos e pastas. Serviços como o Google Drive e DropBox, por exemplo, se popularizaram nos últimos anos e oferecem acesso a arquivos de pessoas e empresas. [SERVIÇO]

Serviços públicos digitais: Serviço com processo de implantação de plataforma e tecnologia nos serviços oferecidos para a população pelo governo federal. [SERVIÇO]

Servicos.gov: Portal de Serviços do Governo Federal, canal único e integrado para a disponibilização de informações, solicitação eletrônica e acompanhamento de serviços públicos. A solução tecnológica terá funcionalidades como: visão gráfica sobre situação das demandas; interação digital como *chat* e e-mail; histórico de atendimento e comunicação entre cidadão e atendente. [APLICATIVO]

Servidor.gov: Portal do Servidor É o principal canal de informação de interesse do servidor, com informações da carreira, dos concursos e notícias que ressaltam o papel dos servidores como protagonistas das políticas públicas. [APLICATIVO]

SFTI: Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação. [INSTITUIÇÃO]

Siapenet: Portal oficial das informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. [APLICATIVO]

Siasg: Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, instituído pelo art. 7º do Decreto nº1.094, de 23 de março de 1994, é o sistema informatizado de apoio às atividades operacionais do Sistema de Serviços Gerais – SISG. Sua finalidade é integrar os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. O Siasg é o sistema onde são realizadas as operações das compras governamentais dos órgãos integrantes do Sisg. O Sistema inclui: Divulgação e a realização das licitações; Emissão de notas de empenho; Registro dos contratos administrativos; Catalogação de materiais e serviços; Cadastro de fornecedores. [APLICATIVO]

SIC: Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, para

atender o cidadão que deseja solicitar o acesso à informação pública. [SERVIÇO]

Sicaf: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf). O objetivo é simplificar procedimentos de vendas para o governo, integrando bases de dados e garantindo eficiência e agilidade nas compras públicas federais. Os Fornecedores de materiais e serviços para órgãos e entidades federais terão a partir do primeiro semestre de 2018, versão totalmente eletrônica do Sicaf. [APLICATIVO]

Siconv: Sistema de Convênios e Contratos de repasse do governo federal. O Sistema - O Siconv foi criado em 2008 para desburocratizar e dar mais transparência nas transferências voluntárias. Seu uso viabiliza também investimentos e permite que os recursos do governo federal possam ser repassados para diversos fins para a educação, saúde, infraestrutura, emprego e outros setores que atendem diretamente a população. [APLICATIVO]

SIG: Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais - SIG Brasil é a porta de acesso dos usuários aos recursos distribuídos do DBDG. [APLICATIVO]

SIGAC: Sistema de ação de acesso. [APLICATIVO]

SIGEN: Sistema de Informações Gerais (Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região - CE). [APLICATIVO]

Sigepe Mobile: Aplicativo desenvolvido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Segrt/MP) com o objetivo de trazer facilidades à vida do servidor público. A tecnologia foi criada para ser usada a qualquer momento e em qualquer lugar. O aplicativo disponibilizado está alinhado ao patamar de evolução do Sigepe, que é um sistema web de gestão de pessoas, cuja implementação – desde 2014 – vem automatizando processos manuais e modernizando funcionalidades do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). [APLICATIVO]

Sigepe: Sistema de Gestão de Pessoas. [APLICATIVO]

SIMET MOBILE: Sistema de Medição de Tráfego Internet para dispositivos móveis, SIMET Mobile, é um instrumento para medir a qualidade da conexão à Internet em qualquer ponto com acesso móvel. [APLICATIVO]

SIMET: Criado em 2006, o SIMET (<http://simet.nic.br/>) é um sistema que realiza testes de desempenho de redes no acesso à Internet, por meio de servidores espalhados dentro dos Pontos de Troca de Tráfego (<http://ptt.br>) e no próprio NIC.br. [APLICATIVO]

SINAPIR: Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) foi regulamentado pelo Decreto nº 8136/2013, assinado pela presidenta Dilma Rousseff na abertura da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III Conapir), que ocorreu de 5 a 7 de novembro de 2013, e pela Portaria SEPPIR n.º 8, de 11 de fevereiro de 2014. Representa uma forma de organização e articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços para superar as desigualdades raciais no Brasil, com o propósito de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e o combate à discriminação e as demais formas de intolerância. [PROJETO E PROGRAMA]

Sindec: Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor. [SERVIÇO]

Siop: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. [SERVIÇO]

SIORG: Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal. [SERVIÇO]

Sirpweb: O Sistema Informatizado do Registro Profissional (Sirpweb) foi criado para armazenar os dados de registros dos profissionais. Além disso, tem por objetivo dar transparência e agilidade aos processos de solicitação de registro, adequando-se ao que dispõe a Lei de Acesso à Informação. Por meio do Sistema, o interessado poderá ingressar com o seu pedido de registro profissional virtualmente, acompanhar o andamento da análise da sua solicitação, consultar a situação de seu registro e imprimir o seu cartão de registro profissional. [APLICATIVO]

Sisg: Sistema de serviços gerais, O Sisg é composto por 367 órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF). É o sistema que organiza a gestão das atividades de serviços gerais, compreendendo licitações, contratações, transportes, comunicações administrativas, documentação e administração de edifícios públicos e de imóveis. [SERVIÇO]

Sisp: O Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP foi instituído pelo Decreto nº 1.048 de 21 de janeiro de 1994 e atualizado pelo Decreto nº 7.579 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de tecnologia da informação da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal. [SERVIÇO]

Sistema de Concessão de Diárias e Passagens: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP-MG). A ferramenta é utilizada no Executivo Federal e foi cedida gratuitamente pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. No sistema, os órgãos públicos podem fazer reserva e compra de passagens aéreas, assim como gerenciar o pagamento de diárias pagas em viagens realizadas por motivos de interesse do serviço público. Além disso, o servidor pode prestar contas da viagem realizada em plataforma online. [APLICATIVO]

Sistema Eletrônico de Informações: Sistema Eletrônico de Informações (SEI), plataforma virtual de gestão e tramitação de documentos. O objetivo é dar maior agilidade às análises de processos e acabar com o estoque de papel, gerando economia de recursos públicos e eficiência na gestão. [APLICATIVO]

Sistemas Autônomos: Encontro dos Sistemas Autônomos da Internet no Brasil, evento que integra a VII Semana da Infraestrutura da Internet no Brasil e reúne engenheiros, administradores de redes, analistas de segurança, gestores de TI, estudantes, entre demais interessados em debates sobre a dinâmica de operação e funcionamento da Internet no País. [EVENTO]

Sivac: Sistema on-line de vacinação para registrar e monitorar a aplicação de vacinas no país. A partir das aplicações lançadas individualmente, o SIVAC gera dados estatísticos precisos, identifica os indivíduos faltosos e gerencia as campanhas e rotinas de vacinação por imunobiológico. O sistema permite também controlar os estoques de vacinas, analisar as informações das diversas unidades de saúde responsáveis pela

aplicação e disponibilizar uma caderneta de vacinação eletrônica. [APLICATIVO]

SLTI/MP: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. [INSTITUIÇÃO]

SLTI: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. [INSTITUIÇÃO]

SMS: Tipo de mensagens de texto virtual. [APLICATIVO]

Software Livre: O software livre é uma opção estratégica do Governo Federal para reduzir custos, ampliar a concorrência, gerar empregos e desenvolver o conhecimento e a inteligência do país na área. Para incentivar o uso do software livre, o Estado promove ações voltadas para o uso de padrões abertos, o licenciamento livre dos softwares e a formação de comunidades interessadas no tema. <http://www.softwarelivre.gov.br/>. [APLICATIVO]

Softwares Aplicativos: é um programa de computador que tem por objetivo ajudar o seu usuário a desempenhar uma tarefa específica, em geral ligada a processamento de dados. [PRODUTO]

Spam: mensagem eletrônica recebida, mas não solicitada pelo usuário. [APLICATIVO]

Spamming: Processo de envio em massa de *spam* e *spammer* é a designação dada ao seu autor. As características principais do *spamming* são o envio da mensagem para milhares de pessoas ao mesmo tempo e a ausência de autorização do destinatário para utilização do seu endereço eletrônico. [PROCESSO]

SPB: *Software* Público Brasileiro é um tipo específico de software livre que atende às necessidades de modernização da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e é compartilhado sem ônus no Portal do Software Público Brasileiro, resultando na economia de recursos públicos e constituindo um recurso benéfico para a administração pública e para a sociedade. [APLICATIVO]

Spoas: Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração. [INSTITUIÇÃO]

SPU: Secretaria do Patrimônio da União. [INSTITUIÇÃO]

SRIS/GDF: Relações Federativas da Secretaria de Relações Institucionais e Sociais do Governo do Distrito Federal. [INSTITUIÇÃO]

StartupGov: Evento, que tem fase online e também presencial, discutirá formatos de negócios que têm como foco a melhoria da prestação de serviços públicos nas áreas de educação e de eficiência da gestão pública. Integra a Semana de Inovação em Gestão Pública e envolve um conjunto de atividades com o objetivo de aproximar governo de especialistas ligados ao ecossistema de startups, com vistas à formação de rede e discussão de ideias e possibilidades para futuras parcerias, para resolução de questões ligadas ao interesse público. [EVENTO]

STI/MP: Secretaria da tecnologia e da informação do ministério do planejamento. [INSTITUIÇÃO]

STI: Secretaria da tecnologia e informação. [INSTITUIÇÃO]

STN: Secretaria do Tesouro Nacional. [INSTITUIÇÃO]

Subcomitê de Certificação Digital: Comitê para realizar normas e padrões para o uso de certificados digitais nas aplicações, serviços e infraestruturas da Administração Pública Federal; a adoção de critérios para classificação das aplicações em que o uso da certificação digital seja obrigatório; orientar os órgãos gestores de serviços e aplicações cujo controle de acesso requiera o uso de certificação digital; estabelecer os procedimentos necessários para a salvaguarda da segurança, nos relacionamentos entre os sistemas de informação governamentais, considerando o controle de perfis e permissões estabelecidos; orientar a organização das Autoridades de Registro no âmbito da Administração Pública Federal. [INSTITUIÇÃO]

SUS: Sistema Único de Saúde. [SERVIÇO]

Sustentabilidade: ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. [PROCESSO]

TA: Ver em Tecnologias assistivas. [APLICATIVO]

TCEs: Tribunais de Contas Estaduais. [INSTITUIÇÃO]

TCM: Tribunais de Conta dos Municípios. [INSTITUIÇÃO]

TCU: Tribunal de Contas da União. [INSTITUIÇÃO]

Tecnologias assistivas: Um dos aliados das pessoas com deficiência para o uso do computador são os recursos de tecnologia assistiva, que auxiliam na realização de tarefas antes muito difíceis ou impossíveis de realizar, promovendo, desta maneira, a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência. [APLICATIVO]

TELEBRAS: A Telecomunicações Brasileiras S.A. é uma empresa estatal brasileira responsável principalmente pela gestão do Plano Nacional de Banda Larga e das infraestruturas de fibra óptica da Petrobras e da Eletrobras. [INSTITUIÇÃO]

Telecentros: Os telecentros são espaços sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos. O objetivo é promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos. [SERVIÇO]

Templates: Arquivos que servem como "Modelos de Documentos". Esses modelos, ou artefatos, se constituem em documentos sem conteúdo, apenas com a apresentação visual e com campos para preenchimento dos dados, com o objetivo de fornecer um caminho inicial, ou molde, para a confecção do documento final. [MATERIAL]

Territórios Digitais: Programa Territórios da Cidadania e é coordenado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do MDA com a parceria entre órgãos do Governo Federal, estados, municípios, entidades públicas e sociedade civil. Por meio da instalação de Casas Digitais em comunidades rurais, o projeto Territórios Digitais faz inclusão social a partir da inclusão digital, ampliando o exercício da cidadania a assentada da reforma agrária, agricultores familiares, povos e comunidades

tradicionais, entre outras conquistas. [PROJETO E PROGRAMA]

TI: Tecnologia da informação. [PRODUTO]

TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação. [PRODUTO]

Todos@Web: Prêmio Nacional de Acessibilidade na Web (Prêmio Todos@Web). O objetivo é conscientizar desenvolvedores e homenagear ações em prol do acesso à internet de pessoas com deficiências. O concurso é uma parceria do ministério com o Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br), Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), W3C Brasil, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, a Associação Brasileira dos Agentes Digitais (Abradi) e a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). [EVENTO]

Transferência de Tecnologia: Processo de Transferência de tecnologia por meio de transferência de conhecimento técnico ou científico em combinação com fatores de produção. [PROCESSO]

Transparência: Processo com dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira do governo federal. [PROCESSO]

TRF4.JUS: Portal da Justiça Federal da 4ª Região - TRF4. [INSTITUIÇÃO]

TV NBR: TV Nacional do Brasil é um canal de televisão controlado pelo Governo Federal brasileiro. Tem a missão de oferecer aos telespectadores informações sobre as políticas, as ações e o dia a dia do Poder Executivo. TV NBR cobre a agenda da Presidência da República e é responsável pela produção de programas, reportagens especiais e entrevistas sobre políticas públicas. [SERVIÇO]

UDSL: Unidade de Desenvolvimento de Software Livre. [INSTITUIÇÃO]

UDPB: Unidade de Desenvolvimento Paraíba. [INSTITUIÇÃO]

Usinas Digitais: Programa lançado pelo Ministério das Comunicações Com um investimento de R\$ 8 milhões, com objetivo de incentivar a inovação, estimular economias regionais, fomentar a produção de conteúdos digitais criativos e estimular economias regionais com a criação de parques tecnológicos e arranjos produtivos locais (APLs). Esses são os objetivos do programa Usinas Digitais. [PROJETO E PROGRAMA]

VCGE: Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico, O VCGE é um vocabulário controlado para indexar informações (documentos, bases de dados, sites, etc) no governo federal. Ele foi projetado com dois objetivos básicos: interface de comunicação com o cidadão e ferramenta de gestão. Como interface de comunicação com o cidadão ele deve indexar as informações de governo de uma forma simples e entendível. Como ferramenta de gestão ele deve ajudar aos gestores a gerenciarem suas informações. A expectativa é que o VCGE seja usado para classificar qualquer conteúdo de informação (documentos, bases de dados, mídia eletrônica, documentos em papel, etc) que não seja classificado outra forma mais específica de indexação. O VCGE é feito para ser consultado pelo público geral e seu processo de indexação deve ser feito por pessoas que não são profissionais especializados (biblioteconomistas, arquivologistas, etc). [APLICATIVO]

VLibras: Ferramenta computacional de código aberto, denominada VLibras, que consiste em gerar automaticamente conteúdos em Língua Brasileira de Sinais (Libras), aumentando o grau de acessibilidade das pessoas surdas, que utilizam computadores e outros meios digitais para acessar informações e serviços. A Vlibras contém um conjunto de ferramentas que promovem a acessibilidade: a plataforma WikiLibras, que permite à comunidade interessada criar e validar sinais em libras para ambientes digitais; o Vlibras-Vídeo, que permite ao usuário traduzir vídeos digitais para a língua de sinais; a disponibilidade das ferramentas Vlibras-Desktop, Vlibras-Plugin para vários navegadores; e, por último, o aplicativo Vlibras-Móvel para smartphones. [APLICATIVO]

W3C: O Consórcio World Wide Web (W3C) é uma comunidade internacional que desenvolve padrões com o objetivo de garantir o crescimento da web. Missão do W3C: conduzir a Web ao seu potencial máximo. [INSTITUIÇÃO]

Web.br: Conferência Web W3C Brasil. Durante dois dias os participantes terão acesso às maiores novidades e tendências da web e poderão ver ao vivo dispositivos pouco comuns sendo controlados pela web, como um quadricóptero e uma impressora 3D. [EVENTO]

Web Semântica: Processo de integrar e cruzar todas as informações por elas disponibilizadas na internet com outros conjuntos de dados de forma automática e simples. Em âmbito internacional, a maneira mais utilizada para atender essa necessidade é a interoperabilidade semântica, que usa a agregação de metadados aos dados compartilhados entre sistemas. [PROCESSO]

Webwriting: Processo de escrita para a web, texto para a mídia digital e outros assuntos relacionados a textos para a mídia digital. [PROCESSO]